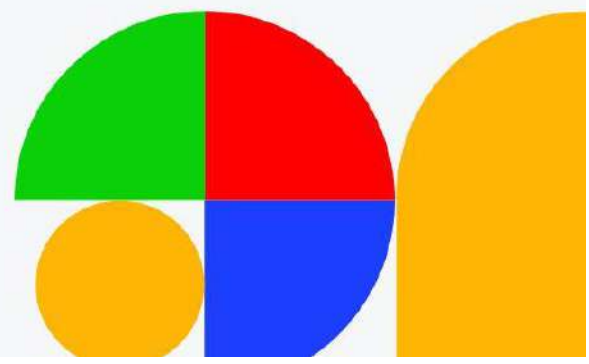


RELATÓRIO FORMICT

ANO-BASE 2023

POLÍTICA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL DAS
INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS
E DE INOVAÇÃO DO BRASIL

**Brasília
2024**





Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Brasil

Brasília,
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
2024

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Secretário-Executivo

Luis Manuel Rebelo Fernandes

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Daniel Gomes Almeida Filho

Diretora do Departamento de Apoio aos Ecossistemas de Inovação

Sheila Oliveira Pires

Coordenador-Geral de Instrumentos de Apoio à Inovação

Hideraldo Luiz de Almeida

Coordenadora de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Denise de Almeida Pereira

© Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Todos os direitos reservados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Os textos contidos neste documento poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que citada a fonte.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO (SETEC)
DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO (DEPAI)

COORDENAÇÃO-GERAL DE INSTRUMENTOS DE APOIO À INOVAÇÃO (CGIA)

Coordenador-Geral – Hideraldo Luiz de Almeida

Coordenadora de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia – Denise de Almeida Pereira

Equipe técnica:

Denise de Almeida Pereira

Fred Lobato Rocha

João Victor Honorato Barbosa

Yaggo Daran Moura Gomes

Revisão: Denise de Almeida Pereira

Elaboração: Fred Lobato Rocha e Yaggo Daran Moura Gomes

Diagramação: Fred Lobato Rocha e João Victor Honorato Barbosa

Normalização: Elise Silva do Nascimento

Capa: ASCOM/MCTI

B823p Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Política de propriedade intelectual das instituições científicas, tecnológicas e de inovação do Brasil: relatório FORMICT ano-base 2023 / Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação . -- Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2024.

71 p.: il.

ISBN: 978-65-5471-013-8

1. Propriedade intelectual – Política – Brasil. 2. Instituições científicas, tecnológicas e de inovação – Brasil. I. FORMICT. II. Título.

CDU 347.77(062.535)

Ficha catalográfica elaborada por: Lorena Nelza F. Silva – CRB-1/2474

Endereço:

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 3º andar, 70.067-900, Brasília-DF, Brasil

Sumário

1 INTRODUÇÃO	9
2 CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E DE INOVAÇÃO	11
3 POLÍTICA DE INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	13
4 NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	15
4.1 Estágio de Implementação dos NITs	16
4.2 Compartilhamento do NIT	18
4.3 Recursos Humanos dos NITs	21
4.4 Atividades dos NITs	24
4.5 Participação em redes ou associações	28
5 PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL	29
5.1 Instituições com Pedidos de Proteção	29
5.2 Análise dos Pedidos de Proteção	32
5.3 Desenvolvimento de <i>spin-offs</i>	38
6 CONTRATOS DE TECNOLOGIA	40
6.1 Instituições com Contratos de Tecnologia	40
6.2 Análise dos Contratos de Tecnologia	41
6.3 Rendimentos Obtidos com Contratos de Tecnologia	47
7 ANÁLISE COMPARATIVA 2019/ 2020/ 2021/ 2022/ 2023	48
8 CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
APÊNDICE I	59
APÊNDICE II	68

TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de ICTs por natureza jurídica	11
Tabela 2 – Distribuição de ICTs por perfil	11
Tabela 3 – Distribuição de ICTs por região.....	12
Tabela 4 – Implementação da política de inovação	13
Tabela 5 - Composição dos recursos humanos dos NITs por situação funcional	22
Tabela 6 - Composição dos recursos humanos dos NITs por formação profissional.....	23
Tabela 7 - Composição dos recursos humanos dos NITs por qualificação profissional.....	23
Tabela 8 – Quantidade de ICTs com pedido de proteção no ano-base 2023.....	29
Tabela 9 – Proteção requerida por localidade e tipo de instituição solicitante.....	32
Tabela 10 – Proteção concedida por localidade e tipo de instituição solicitante	33
Tabela 11 – Tipos de proteção requerida.....	33
Tabela 12 – Quantidade de comunicações de invenção por perfil	34
Tabela 13 – Tipos de proteção requerida por setor econômico.....	35
Tabela 14 – Tipos de proteção concedida por setor econômico	37
Tabela 15 – Cotitularidade das proteções.....	38
Tabela 16 – Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto	42
Tabela 17 – Distribuição dos contratos de tecnologia por exclusividade.....	43
Tabela 18 – Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto, montante e região	45
Tabela 19 – Rendimentos dos contratos e gastos com propriedade intelectual em 2023.....	47

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de ICTs por região.....	12
Gráfico 2 – Diretrizes e objetivos estabelecidos na política de inovação.....	14
Gráfico 3 – Estágio de implementação dos NITs das ICTs públicas.....	16
Gráfico 4 – Estágio de implementação dos NITs das ICTs privadas.....	16
Gráfico 5 – Estágio de implementação dos NITs das ICTs públicas e privadas.....	17
Gráfico 6 – Perfil das instituições com NITs em implementação e não implementado	18
Gráfico 7 – Compartilhamento dos NITs.....	19
Gráfico 8 – Estágio de implementação das atividades essenciais dos NITs.....	25
Gráfico 9 – Estágio de implementação das atividades complementares dos NITs.....	27
Gráfico 10 – Participação das ICTs em rede de associações.....	28
Gráfico 11 – Perfil das ICTs com pedido de proteção no ano-base 2023.....	30
Gráfico 12 – Índice de pedidos de proteção requeridos por tipo de instituição, pública e privada	31
Gráfico 13 – Distribuição das patentes de invenção requeridas no setor de indústrias de transformação ...	36
Gráfico 14 – Desenvolvimento de spin-off pelas ICTs	39
Gráfico 15 – Quantidades de instituições que possuem contrato de transferência de tecnologia.....	40

Gráfico 16 – Perfil das instituições que possuem contrato de tecnologia	41
Gráfico 17 – Montante de contratos de tecnologia firmados em 2023	46
Gráfico 18 – Comparativo do quantitativo de ICTs que responderam o Formict	48
Gráfico 19 – Comparativo da distribuição de ICTs por região	49
Gráfico 20 – Comparativo da implementação da política de inovação	50
Gráfico 21 – Evolução do estágio de implementação dos NITs.....	51
Gráfico 22 – Composição dos recursos humanos por instituições com NITs implementados e em implementação	52
Gráfico 23 – Comparativo da quantidade de instituições com pedido de proteção	53
Gráfico 24 – Comparativo da quantidade de pedidos de proteção	54
Gráfico 25 – Comparativo do montante dos contratos de tecnologia em R\$ milhões.....	55

FIGURA

Figura 1 – Distribuição por Unidade da Federação das instituições que preencheram o Formict	10
---	----

1 INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar os dados consolidados do ano-base 2023 fornecidos pelas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio do Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICTs do Brasil (Formict).

Conforme estabelecido no art. 17, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (Lei de Inovação) e do Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, as ICTs públicas e as privadas beneficiadas pelo poder público deverão enviar informações anuais ao MCTI.

Para fins da Lei de Inovação, é considerada ICT, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta ou a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituídos sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos. As informações prestadas de forma voluntária pelas ICTs privadas não beneficiadas pelo poder público integram a base de dados do MCTI e fazem parte deste relatório.

Cabe mencionar que a partir do ano-base de 2019, com a publicação da Portaria MCTI nº 3.859, de 8 de outubro de 2020, foi aprovado um novo formulário eletrônico, disponível na página do MCTI na Internet, no seguinte endereço: <https://forms.mctic.gov.br>.

O formulário referente ao ano-base 2023 esteve disponível para preenchimento pelas ICTs de fevereiro a março de 2024. Diante das dificuldades no acesso inicial ao formulário e da intenção relatada por algumas ICTs de regularizar a prestação de informações, o MCTI disponibilizou o formulário de regularização nos meses de agosto a setembro de 2024 para que as ICTs efetuassem o preenchimento.

A partir do ano-base 2020, houve uma atualização significativa no formulário eletrônico, permitindo às ICTs acesso direto para retificação das informações, seja de forma voluntária ou mediante solicitação do MCTI. Entre outubro e novembro de 2024, o formulário ficou aberto para inclusão, alteração ou complementação das informações fornecidas pelas ICTs. A lista das 266 instituições que preencheram o formulário encontra-se no Apêndice I.

Adicionalmente, conforme o art. 17, § 3º, do Decreto nº 9.283 de 7 de fevereiro de 2018, a partir do ano-base de 2019, o MCTI divulgará a relação das instituições que não contribuírem para a consolidação das informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICTs do Brasil no prazo estabelecido. Dessa forma, com base nas ICTs que responderam ao formulário Formict do ano-base 2023, as 94 instituições que não responderam estão listadas no Apêndice II.

Vale destacar que, a partir do ano-base de 2021, foi incluída a análise da proporção de gênero entre os representantes institucionais das ICTs, evidenciada no tópico 2 - Características das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação.

Dando início às informações consolidadas do ano-base 2023, a Figura 1 apresenta, por Unidade da Federação, o total de instituições que preencheram o Formict e as nomeia pelas respectivas siglas.



AC (1)

IFAC

AL (2)

IFAL, UFAL

AM (7)

CIGS, CITS AM, IDSM, IFAM, INPA, SIDIA UFAM

AP (1)

UNIFAP

BA (10)

FBDC, IFBA, IRT, SENAI CIMATEC, UEFS, UESC, UFOB, UFBA, UFRB, UFSB

CE (9)

ESP/CE, IA, IFCE, CENTEC, SENAI/DR-CE, UECE, UFC, UFCA, Unifor

DF (18)

CCOMGEX, CITEEX, DCT, EMBRAPA, Enap, GigaCandanga, HFA, IBICT, IMBEL, ICTS, IFB, INDT, INMETRO, ICS, IDEAF1, SGB/CPRM, UCB, UnB

ES (3)

IFES, INMA, UFES

GO (6)

IF Goiano, IFG, PUC Goiás, UEG, UFG, UniEVANGÉLICA

MA (5)

CLA, IFMA, UEMA, UEMASUL, UFMA

MG (27)

Brain, Cefet/MG, CIT, EPAMIG, Finatel, Fuvs, HEMOMINAS, IF Sudeste MG, IFMG, IFSULDEMINAS, IFTM, LNA, NIPAC, Oninn, Puc Minas, UEMG, UFJF, UFMG, UFOP, UFSJ, UFU, UVF, UVJVM, Unifal, UNIFEI, UNIMONTES, Unipam

MS (4)

IFMS, SENAI-DR/MS, UEMS, UFMS

MT (4)

IFMT, UFMT, UFR, UNEMAT

PA (5)

IFPA, UEPA, UFOPA, UFPA, UNIFESSPA

PB (3)

IFPB, UEPB, UFPB

PE (5)

IFPE, ISI-TICs, UFPE, UFRPE, Univasf

PI (1)

IFPI

PR (14)

CITS, CPUP, FPTI-BR, IBMP, IDR-Paraná, LACTEC, PUCPR, UEL, UEM, UFPR, UNICENTRO, UNIOESTE, UNILA, UTFPR

RJ (43)

CASNAV, CBPF, CEFAN, Cefet/RJ, Cepesc, CETEM, CHM, CIS SO, CNEN, CPSN, CTECFN, CTEEx, CTMRJ, DF, EGN, FESO, Fiocruz, HCE, HNMD, CONDOR, IEAPM, IFF, IFRJ, IMAE, IME, INT, IPqM, IVB, LAQFA, LFM, LQFex, MAST, OCM, ON, PUC-Rio, RNP, SENAI/RJ, UENF, UERJ, UFRJ, UFRRJ, UNIFA, UNIRIO

RN (3)

CLBI, UERN, UFRN

RO (0)

RR (2)

IFRR, UFRR

RS (21)

Feevale, FUC, FUCS, FURG, GHC, IFFar, IFRS, IFSul, IRGA, PUCRS, SENAI/RS, SOFTSUL, UERGS, UFCSPA, UFPel, UFSM, UNIJUI, UNIPAMPA, UNISINOS, UPF, URI

SC (13)

CERTI, EPAGRI, UNOESC, FURB, Univille, IFC, IFSC, SENAI/SC, SINOVA, UDESC, UFFS, Univali, Unochapecó

SE (4)

IFS, ITP, ITPS, UFS

SP (52)

ABINFO, Ama Brasil, AMAZUL, APTA Regional, CCA-SJ, CEETEPS, CEMADEN, CGTI, CNPEM, CPQD, CTI RArcher, CTMSP, DCTA, DDNM, DGDNTM, Facti, FEI, FIPASE, FIT, FPIXII, FUNDEPAG, HCFMUSP, HMASP, IÁ, IAC, IAE, IAOp, IB, ICEA, IEAv, IFI, IFSP, INPE, ILA, IP, IPEV, IPT, ISANTACASA, ITA, ITAL, ITI, IZ, SCEI, UFSCar, UNESP, Unicamp, UNIFATEA, UNIFESP, UNITAU, UPM, USP, VNT

TO (3)

IFTO, UFNT, UFT

Figura 1 – Distribuição por Unidade da Federação das instituições que preencheram o Formict (ano-base 2023).

Fonte: Formict/MCTI

2 CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E DE INOVAÇÃO

Das 266 instituições que preencheram o Formict, 191 apresentaram-se como instituições públicas e 75 como instituições privadas. No que diz respeito à natureza das instituições, verificou-se que 76,4% correspondem ao nível federal. Já as instituições em nível estadual correspondem a 22%, enquanto as instituições em nível municipal apenas 1,6%, conforme ilustra a Tabela 1. Sendo assim, o total de instituições públicas foi de 71,8% e o de instituições privadas, 28,2%.

Tabela 1 – Distribuição de ICTs por natureza jurídica

Natureza da Instituição	Quantidade	%
Privada	75	28,2
Pública	191	71,8
Federal	146	76,4
Estadual	42	22,0
Municipal	3	1,6

Fonte: Formict/MCTI

Em relação ao perfil das ICTs que preencheram o formulário, verificou-se que as Instituições de Ensino Superior apresentaram o maior quantitativo dentre as instituições (41,4%), seguidas pelos Institutos de de Pesquisa (28,2%) e pelos Institutos de Educação Profissional e Tecnológica (13,4%). As demais instituições apresentam percentuais inferiores a 17,0%.

Tabela 2 – Distribuição de ICTs por perfil

Perfil	Quantidade	%
Instituição de Ensino Superior	110	41,4
Instituto de Pesquisa	75	28,2
Instituto de Educação Profissional e Tecnológica	36	13,4
Outros	45	17,0
Total	266	100

Fonte: Formict/MCTI

Fazendo um comparativo das instituições por região, verificou-se que 48,7% das instituições públicas informaram sua localização na região Sudeste, enquanto 17,3% informaram a região Nordeste e 13,6% informaram a região Sul. Além disso, 12,0% informaram a região Centro-Oeste e 8,4% a região Norte.

Em relação às instituições privadas, observou-se um número maior de instituições localizadas na região Sudeste, correspondendo a 42,7%, enquanto na região Sul o percentual corresponde a 29,3%, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste correspondem à 12,0% e na região Norte a 4,0%, conforme demonstra a Tabela 3.

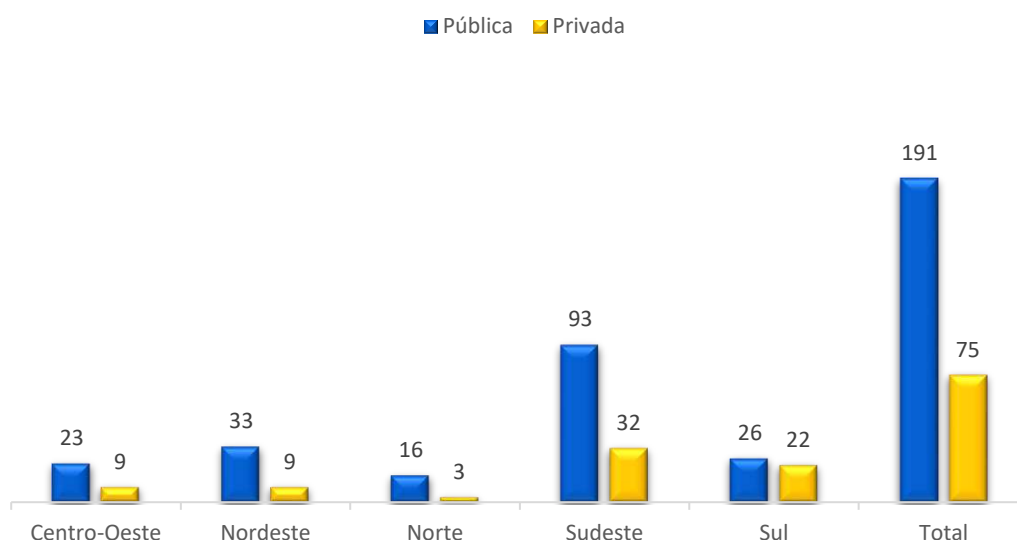
Tabela 3 – Distribuição de ICTs por região

Região	Pública	%	Privada	%
Centro-Oeste	23	12,0	9	12,0
Nordeste	33	17,3	9	12,0
Norte	16	8,4	3	4,0
Sudeste	93	48,7	32	42,7
Sul	26	13,6	22	29,3
Total	191	100	75	100

Fonte: Formict/MCTI

No Gráfico 1, a seguir, é possível conferir o comparativo da distribuição de ICTs entre as regiões, considerando instituições públicas e privadas.

Gráfico 1 - Distribuição de ICTs por região



Fonte: Formict/MCTI

Com base nas informações prestadas, a partir do ano-base de 2021 começou a ser inferida a proporção de gênero entre os representantes institucionais das ICTs. Assim, das 266 instituições que preencheram o Formict, infere-se que apenas 21,8% (58 instituições) tem mulheres como representante institucional, enquanto em 78,2% (208 instituições) a representação institucional é composta por homens.

3 POLÍTICA DE INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

No que diz respeito à existência de uma política da inovação, ou seja, documentos formais com diretrizes gerais que norteiam a atuação da instituição nas ações ligadas à inovação, à proteção da propriedade intelectual e à transferência de tecnologia, 92,1% das instituições públicas e 76,0% das instituições privadas informaram que detêm uma política de inovação implementada, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Implementação da política de inovação

Política de inovação implementada	Pública	%	Privada	%	Total	%
Sim	176	92,1	57	76,0	233	87,6
Não	15	7,9	18	24,0	33	12,4
Total	191	100	75	100	266	100

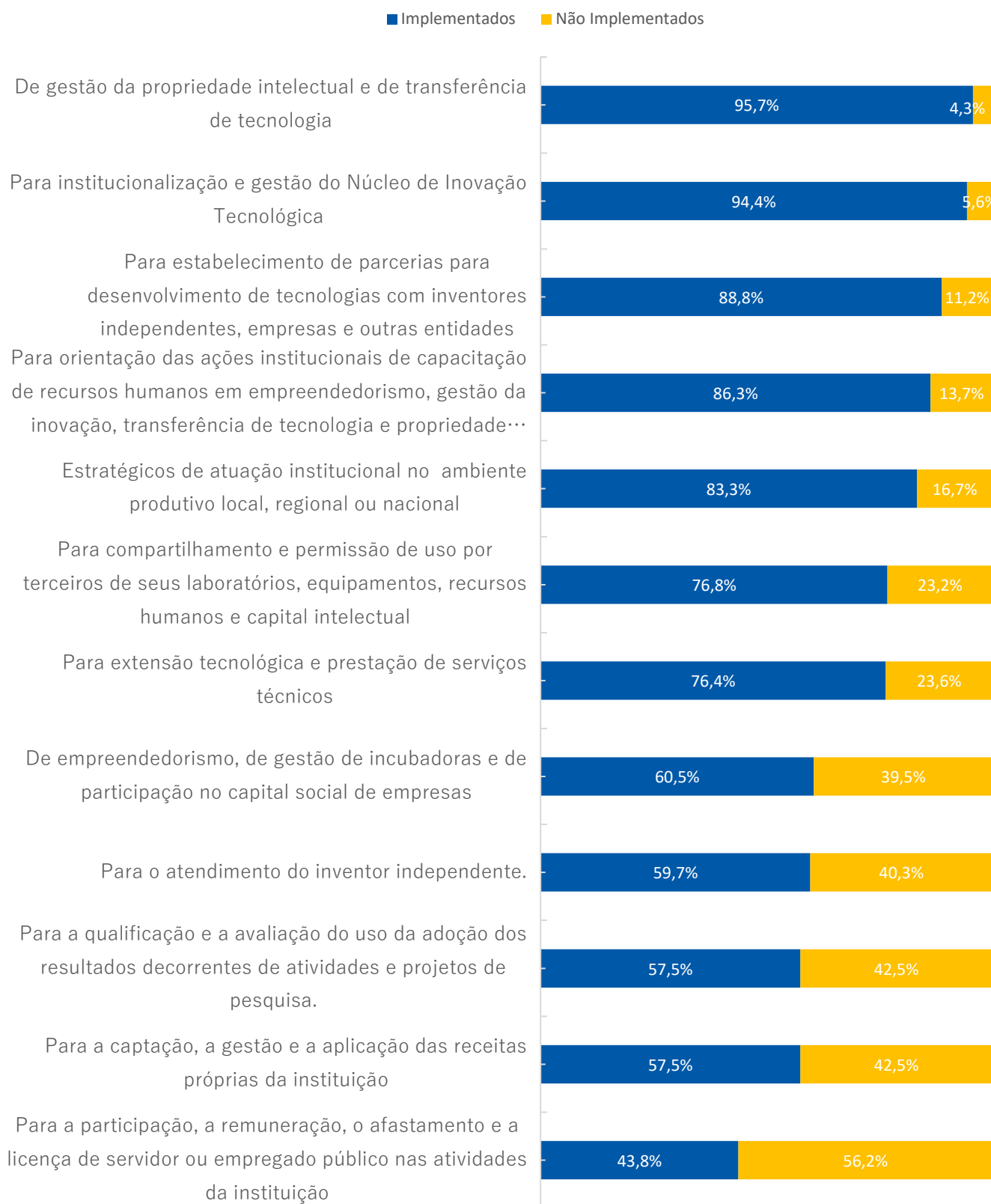
Fonte: Formict/MCTI

Por parte das instituições que informaram possuir a política de inovação implementada, verificou-se que a *Gestão da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia* foi uma das atividades que tiveram maior incidência na política de inovação das instituições.

A partir deste ano-base, foram incluídas as atividades para a *Participação, a remuneração, o afastamento e a licença de servidor ou empregado público nas atividades da instituição; a Captação, a gestão e a aplicação das receitas próprias da instituição; a Qualificação e a avaliação do uso da adoção dos resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa; e o Atendimento do inventor independente*, as quais tiveram a menor incidência na política de inovação das instituições.

O gráfico 2 demonstra essas atividades e seu percentual de implementação ou não na política de inovação das instituições.

Gráfico 2 – Diretrizes e objetivos estabelecidos na política de inovação



Fonte: Formict/MCTI

4 NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Conforme estabelecido pelo art. 16, da Lei de Inovação, a ICT deverá dispor de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), próprio ou em associação com outras ICTs, com a finalidade de gerir sua política de inovação.

As competências mínimas do Núcleo de Inovação Tecnológica estão expressas no art. 16, § 1º, da Lei de Inovação:

Art. 16 (...)

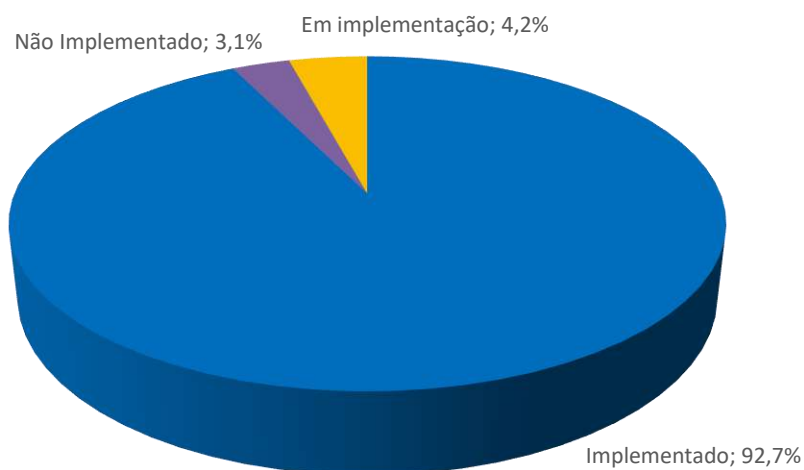
§ 1º São competências do Núcleo de Inovação Tecnológica a que se refere o caput, entre outras:

- I - zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
- II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei;
- III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22;
- IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;
- V- opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;
- VI - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição;
- VII - desenvolver estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação da ICT;
- VIII - desenvolver estudos e estratégias para a transferência de inovação gerada pela ICT;
- IX - promover e acompanhar o relacionamento da ICT com empresas, em especial para as atividades previstas nos arts. 6º a 9º; e
- X - negociar e gerir os acordos de transferência de tecnologia oriunda da ICT.

4.1 Estágio de Implementação dos NITs

No que diz respeito ao estágio de implementação dos NITs, verificou-se que 177 instituições públicas (92,7%) informaram que já possuem o NIT implementado. Apenas 6 instituições públicas (3,1%) informaram que o NIT não está implementado e 8 instituições públicas (4,2%) informaram que está em fase de implementação, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Estágio de implementação dos NITs das ICTs públicas

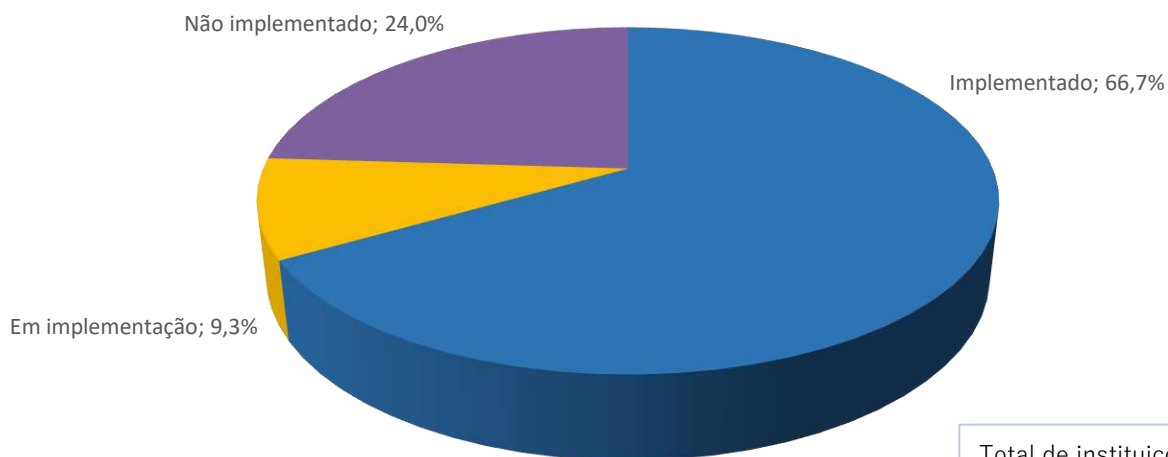


Total de instituições: 191

Fonte: Formict/MCTI

Por parte das instituições privadas, 50 instituições privadas (66,7%) informaram que possuem o NIT implementado, 18 instituições privadas (24,0%) não possuem NIT implementado e 7 instituições (9,3%) informaram que o NIT encontra-se em fase de implementação, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Estágio de implementação dos NITs das ICTs privadas

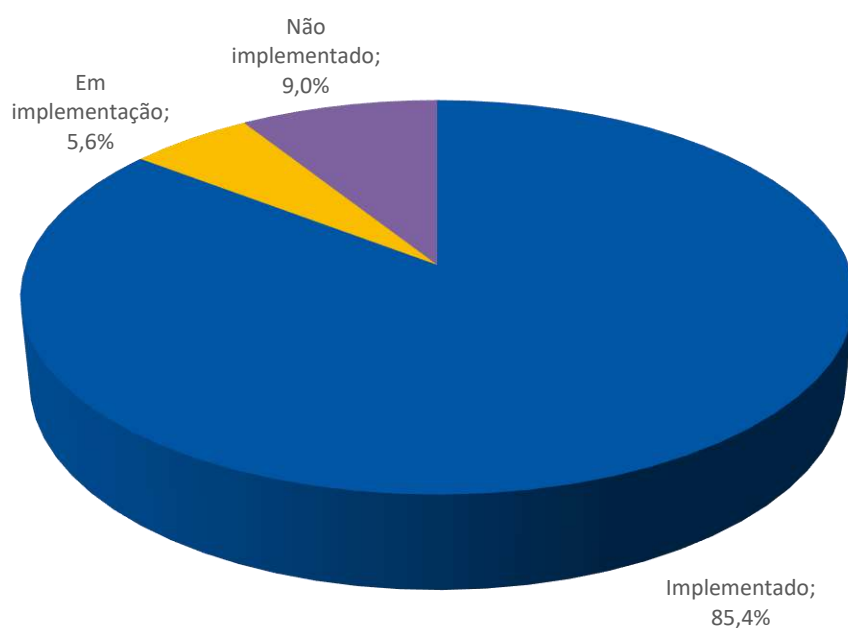


Total de instituições: 75

Fonte: Formict/MCTI

No cômputo geral, verificou-se que 227 instituições (85,4%), sejam essas públicas ou privadas, informaram que seus NITs estão implementados, 15 instituições (5,6%) informaram que o NIT está em fase de implementação e 24 (9,0%) informaram que ainda não foram implementados, conforme demonstrado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Estágio de implementação dos NITs das ICTs públicas e privadas

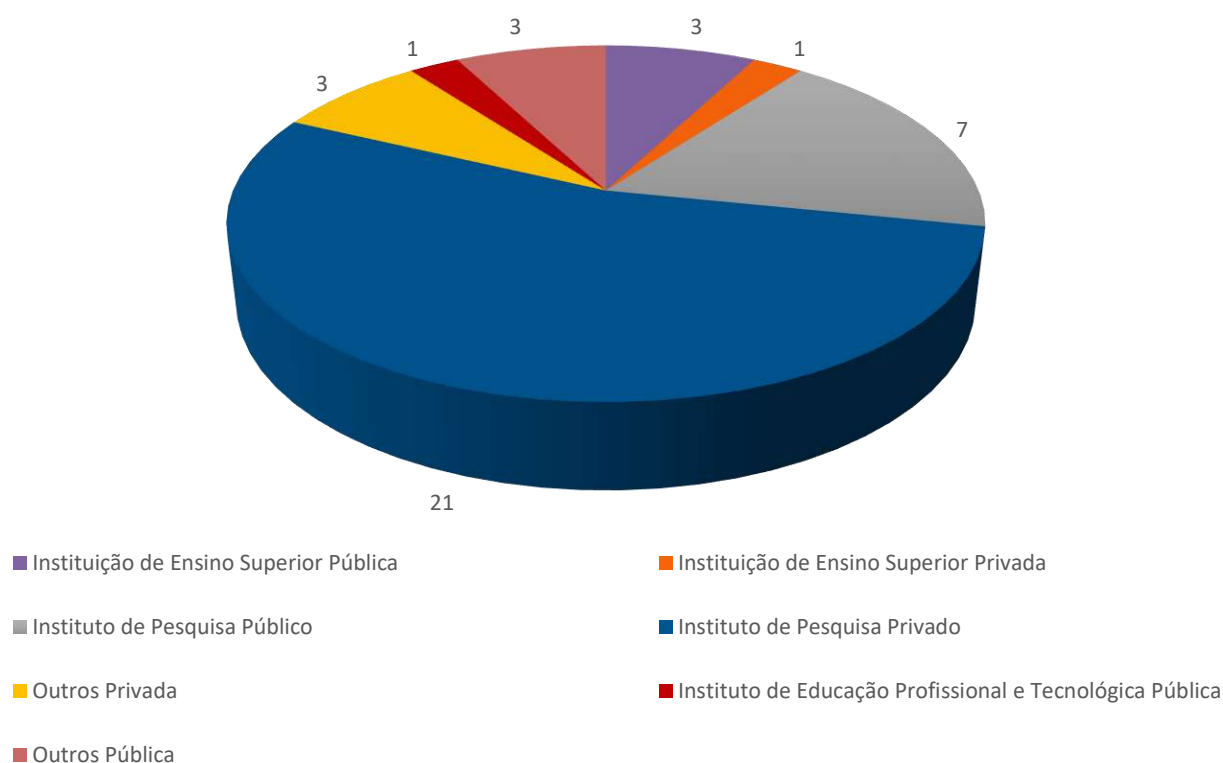


Total de instituições: 266

Fonte: Formict/MCTI

Com relação às 39 instituições que possuem NIT em implementação ou não implementado, verificou-se que 4 são *Instituições de Ensino Superior* (3 públicas e 1 privada), 28 são *Institutos de Pesquisa* (7 públicos e 21 privados), 6 (3 públicas e 3 privadas) são classificadas como *Outras instituições* e 1 é classificada como *Instituto de Educação Profissional e Tecnológica* (público), conforme demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Perfil das instituições com NIT em implementação e não implementado



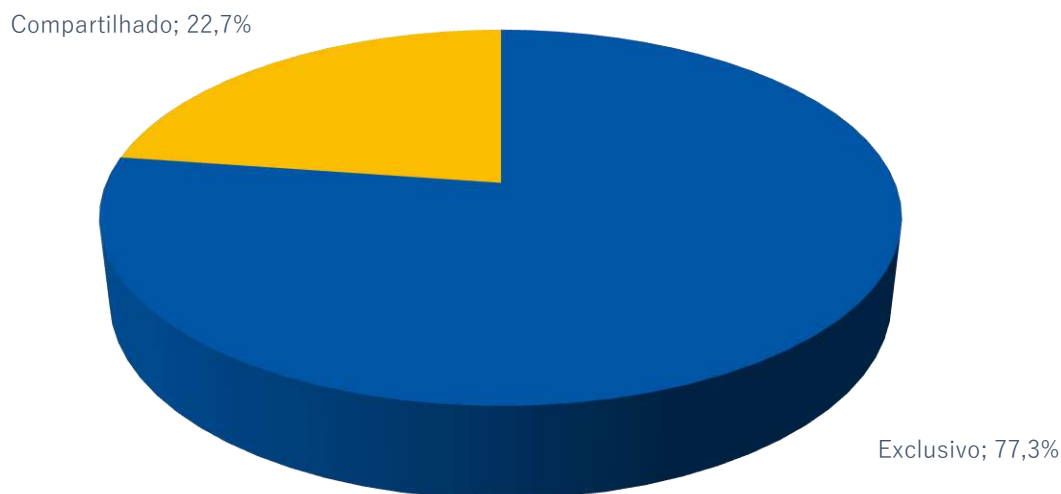
Fonte: Formict/MCTI

4.2 Compartilhamento do NIT

Com relação às instituições que possuem NIT implementado ou em implementação, verificou-se que 139 instituições públicas (57,5%) informaram que o NIT é exclusivo e 46 instituições públicas (19,0%) informaram que o NIT é compartilhado com outras instituições. Apenas 9 instituições privadas (3,7%) informaram que o NIT é compartilhado e 48 instituições privadas (19,8%) informaram que o NIT é exclusivo

No total, verificou-se que 187 instituições (77,3%), sejam elas públicas ou privadas, informaram que o NIT é exclusivo e 55 instituições (22,7%) informaram que o NIT é compartilhado, conforme demonstrado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Compartilhamento dos NITs



Fonte: Formict/MCTI

Os seguintes NITs compartilhados foram citados pelas ICTs:

- **NIT-APTA:** Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA); Instituto Agrônômico (IAC); Instituto Biológico (IB); Instituto de Economia Agrícola (IEA); Instituto de Pesca (IP); Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL); Instituto de Zootecnia (IZ).
- **ABCI:** Instituto de Ciência e Tecnologia Brain (ICT BRAIN); Instituto de Ciência e Tecnologia Condor (ICT CONDOR).
- **Ecohub:** Centro de Pesquisa da Unidade Positivo (CPUP); Centro de Estudos Superiores Positivo (UP).
- **NIT CERTI:** Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI); Instituto Certi Sapientia (ICS).
- **NIT-EB (Exército Brasileiro):** Centro de Avaliações do Exército (CAEx); Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEx); Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber); Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS); Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx); Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS); Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx); Centro Tecnológico do Exército (CTEx); Diretoria de Fabricação (DF); Diretoria de Serviço Geográfico (DSG); Instituto de Pesquisa e Capacitação Física do Exército (IPCEx); Instituto Militar de Engenharia (IME); Hospital Militar de Área de São Paulo (HMASP); Hospital Central do Exército (HCE); Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (LQFEx); Agência de Gestão e Inovação Tecnológica (AGITEC); Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT).
- **NIT FIRJAN/SENAI:** Centro de Inovação SESI em Saúde Ocupacional (CIS SO); Instituto SENAI de

-
- Inovação em Química Verde (ISI QV); Instituto SENAI de Inovação em Inspeção e Integridade (ISI I&I); Instituto SENAI de Inovação em Sistemas Virtuais de Proteção (ISI SVP); Instituto SENAI de Tecnologia Automação Industrial (IST AI); Instituto SENAI de Tecnologia Solda (IST Solda); Instituto SENAI de Tecnologia Química e Meio Ambiente (IST Q&MA).
- **NIT SIDIA:** Manaus Tech Hub (Manaus/AM); SIDIA Amazon Lab (Manaus/AM); SIDIA São Paulo (SP); SIDIA Brasília (DF); SIDIA Amazon Tower (Manaus/AM); SIDIA Porto Alegre (RS); SIDIA Rio de Janeiro (RJ); SIDIA Porto Velho (RO).
 - **NIT UFT-UFNT:** Universidade Federal do Tocantins (UFT); Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).
 - **Estrutura Multicamp IFSULDEMINAS:** Avançado Carmo de Minas; Avançado Três Corações; Inconfidentes; Machado; Muzambinho; Passos; Poços de Caldas e Pouso Alegre.
 - **NIT-MB (Marinha Brasileira):** Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV); Centro de Hidrografia da Marinha (CHM); Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais (CTecCFN); Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP); Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro (CTMRJ); Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha (DDNM); Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM); Escola de Guerra Naval (EGN); Hospital Naval Marcílio Dias/Instituto de Pesquisas Biomédicas (HNMD/IPB); Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM); Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM); Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM); Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN); Centro de Desenvolvimento de Submarinos (CDSUB); Odontoclínica Central da Marinha (OCM).
 - **NIT-Rio:** Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT); Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA); Instituto Nacional de Tecnologia (INT); Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC); Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); Observatório Nacional (ON); Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA).
 - **NIT-SINAER (Sistema de Inovação da Aeronáutica):** Centro de Computação da Aeronáutica de São José dos Campos (CCA-SJ); Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI); Centro de Lançamento de Alcântara (CLA); Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE); Instituto de Aplicações Operacionais (IAOp); Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA); Instituto de Estudos Avançados (IEAv); Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI); Instituto de Logística da Aeronáutica (ILA); Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV); Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); Laboratório Químico-Farmacêutico da Aeronáutica (LAQFA); Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA); Instituto de Medicina Aeroespacial (IMAE); Universidade da Força Aérea (UNIFA).

4.3 Recursos Humanos dos NITs

A partir do relatório do ano-base 2020, os diretores de ICTs com dedicação integral ou parcial fazem parte da composição dos recursos humanos por situação funcional. Na análise do quantitativo de pessoal presente nos NITs, verificou-se o total de 2.800 profissionais atuantes nos núcleos, sendo que 5,5% são *Diretores com dedicação integral*, 6,6% são *Diretores com dedicação parcial*, 38,6% são *Servidores ou Funcionários com dedicação integral*, 16,5% são *Servidores ou Funcionários com dedicação parcial*, os *Bolsistas graduados* representam 9,8%, os *Bolsistas graduandos* 6,4%, os *Estagiários* representam 4,6%, os *Terceirizados* correspondem a 4,6% e *Outros* representam 7,4% dos profissionais.

Verificando a média de recursos humanos por situação funcional em relação ao quantitativo de 242 NITs Implementados e Em implementação, observa-se 11,6 profissionais por NIT, sendo 1,4 Diretores, 6,4 Servidores, 1,8 Bolsistas, 0,5 Estagiários, 0,5 Terceirizados e 0,9 Outros.

Tabela 5 - Composição dos recursos humanos dos NITs por situação funcional

Função	Pública	%	Privada	%	Total	%	Média
Diretoria com dedicação integral	126	5,5	28	5,6	154	5,5	1,4
Diretoria com dedicação parcial	136	5,9	48	9,6	184	6,6	
Servidores/Funcionários com dedicação integral	844	36,7	237	47,5	1.081	38,6	6,4
Servidores/Funcionários com dedicação parcial	365	15,9	97	19,5	462	16,5	
Bolsistas graduados	259	11,2	16	3,2	275	9,8	1,8
Bolsistas graduandos	164	7,1	14	2,8	178	6,4	
Estagiários	101	4,4	28	5,6	129	4,6	0,5
Tercerizados (função permanente no NIT)	122	5,3	7	1,4	129	4,6	0,5
Outros	184	8,0	24	4,8	208	7,4	0,9
Total	2.301	100	499	100	2.800	100	11,5

Fonte: Formict/MCTI

A quantidade de profissionais que atuam nos NITs varia de acordo com a estrutura de transferência de tecnologia da instituição, sendo que 6 NITs contam com apenas 1 profissional, 152 NITs possuem de 2 a 10 profissionais, 64 NITs possuem de 11 a 20 profissionais, 6 NITs possuem de 21 a 30 profissionais, 9 NITs possuem 31 a 50 profissionais e 5 NITs contam com mais de 50 profissionais.

Em relação à formação dos profissionais que atuam nos NITs, verificou-se que engenheiros e afins representam 33,8%, administradores e economistas representam 18,8%, os biólogos e profissionais da saúde representam 11,3%, os profissionais com formação jurídica representam 10,2%, os profissionais de comunicação representam 4,5% e outras formações representam 21,4%.

Tabela 6 - Composição dos recursos humanos dos NITs por formação profissional

Formação profissional	Quantidade	%
Engenharias, Ciências Exatas e da Terra	945	33,8
Administração/Economia	525	18,8
Ciências Biológicas e da Saúde	317	11,3
Direito	286	10,2
Comunicação	126	4,5
Outras	601	21,4
Total	2.800	100

Fonte: Formict/MCTI

Quanto à qualificação profissional dos colaboradores que atuam nos NITs, verificou-se que Doutores representam 23,6%, Mestres representam 19,9%, Mestres Profissionais representam 5,9% e colaboradores com outras qualificações representam 50,6%.

Tabela 7 - Composição dos recursos humanos dos NITs por qualificação profissional

Qualificação profissional	Quantidade	%
Colaboradores com Doutorado	660	23,6
Colaboradores com Mestrado	558	19,9
Colaboradores com Mestrado Profissionalizante	165	5,9
Colaboradores com outras qualificações	1.417	50,6
Total	2.800	100

Fonte: Formict/MCTI

4.4 Atividades dos NITs

As atividades dos NITs foram separadas em dois subgrupos:

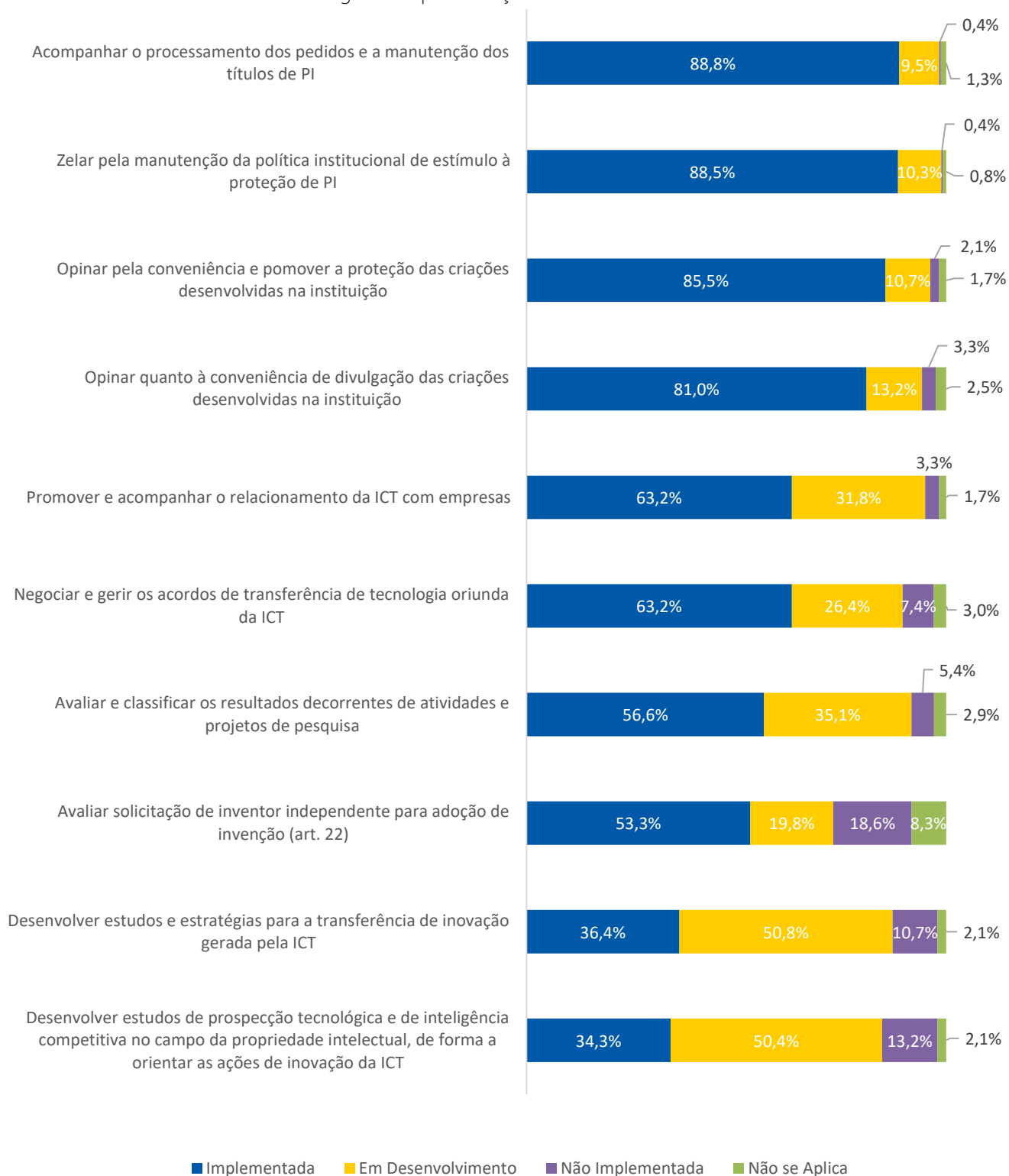
- I. Essenciais (apresentadas no Gráfico 8); e
- II. Complementares (apresentadas no Gráfico 9).

De posse das informações recebidas das instituições, verificou-se que o índice de implementação das atividades tidas como essenciais oscilou entre 34,3% e 88,8%. Observa-se no Gráfico 8 as que tiveram maiores índices de implementação, a saber:

- acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de PI (88,8%);
- zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção da PI (88,5%);
- opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição (85,5%).

As atividades essenciais dos NITs estão apresentadas no Gráfico 8, que apresenta o estágio de implementação de cada uma delas por ordem decrescente de implementação.

Gráfico 8 – Estágio de implementação das atividades essenciais dos NITs



Fonte: Formict/MCT

Por parte das atividades tidas como complementares, verificou-se que o índice de implementação oscilou entre 6,2% e 78,9%, conforme apresentado no Gráfico 9. Dessas, as atividades que tiveram os maiores índices de implementação foram:

- Capacitação realizada pelo NIT (78,9%).
- Política de confidencialidade (74,4%);
- Doc. Padronizados (contratos, acordos de parcerias, declaração de invenção) (74,0%);
- Eventos (70,7%); e
- Orientação aos pesquisadores, cadastro de pesquisadores (68,6%)

As atividades complementares que tiveram os menores índices de implementação foram:

- Participação minoritária no capital social de empresas (6,2%);
- Avaliação econômica dos inventos (20,2%);
- Cadastro de oferta e demanda (25,6%); e
- Oferta de tecnologia para licenciamento com exclusividade (39,3%).

Algumas importantes atividades que tiveram baixo índice de implementação estão em processo de desenvolvimento pelas instituições. Para comprovação de tal fato, basta verificar a incidência do índice “Em Desenvolvimento” das atividades mencionadas a seguir:

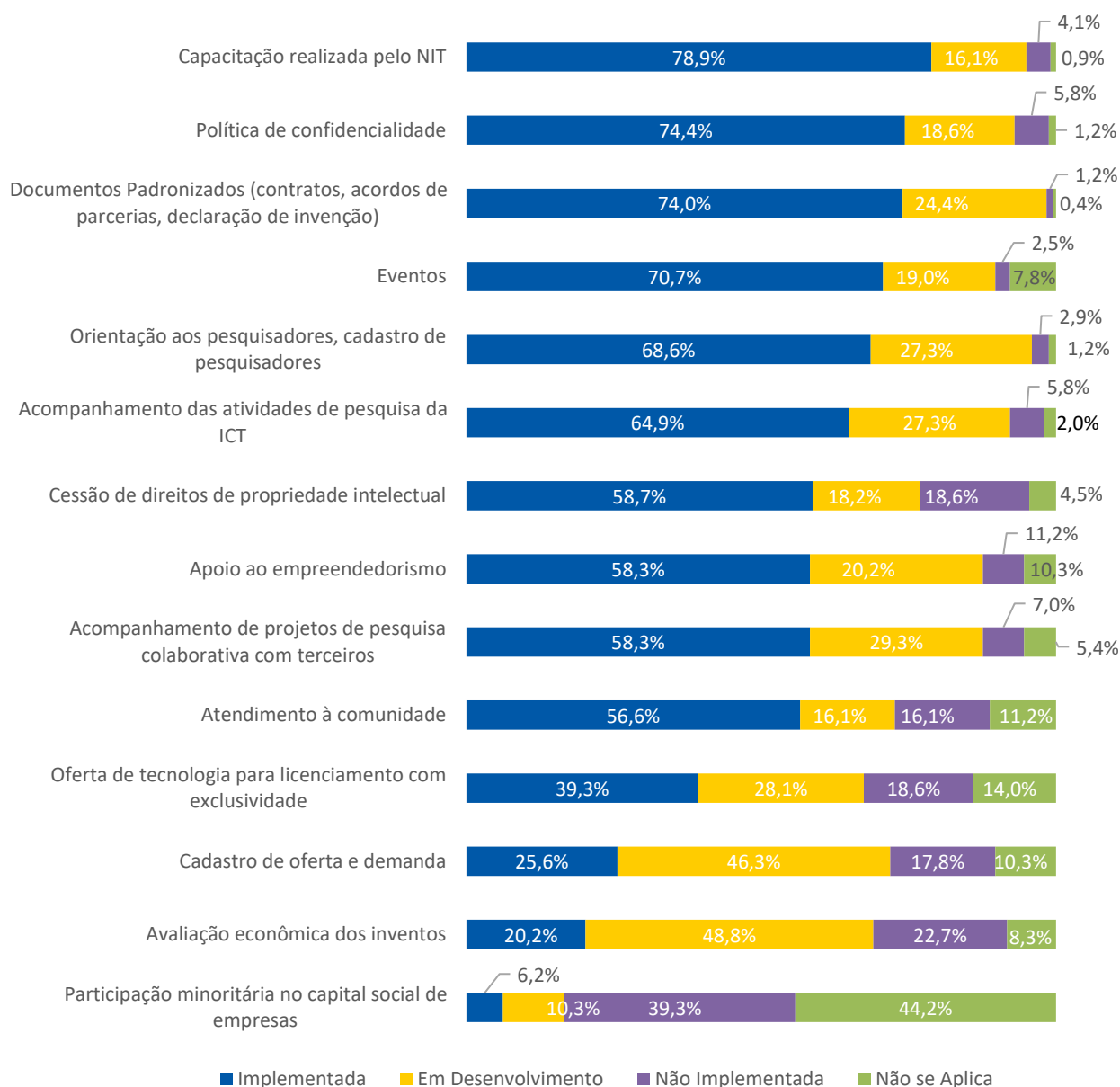
- Avaliação econômica dos inventos (48,8%);
- Cadastro de oferta e demanda (46,3%) e
- Acompanhamento de projetos de pesquisa colaborativa com terceiros (29,3%).

Na opção “Não se aplica” apontada por algumas instituições em relação às atividades citadas, verificou-se que as atividades a seguir apresentaram os maiores índices nesse quesito:

- Participação minoritária no capital social de empresas (44,2%);
- Oferta de tecnologia para licenciamento com exclusividade (14,0%) e
- Atendimento à comunidade (11,2%).

As principais atividades complementares dos NITs estão apresentadas no Gráfico 9, que apresenta o estágio de implementação de cada uma delas em ordem decrescente de implementação.

Gráfico 9 – Estágio de implementação das atividades complementares dos NITs



Fonte: Formict/MCTI

Dos 242 NITs, somente 40 informaram ter outras atividades, não elencadas.

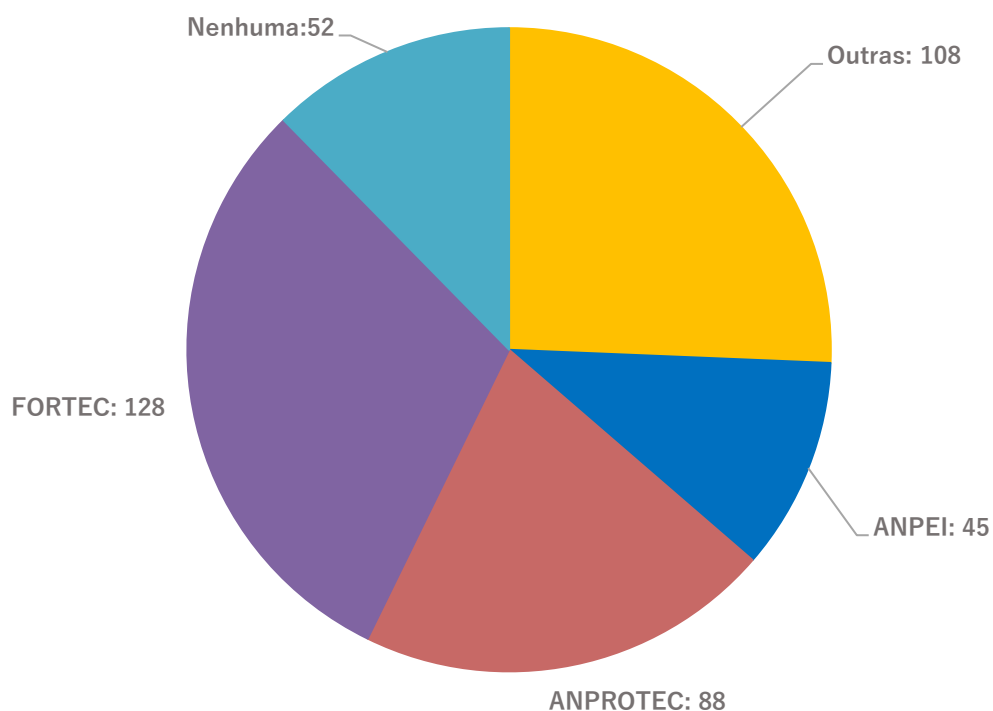
4.5 Participação em redes ou associações

A participação em redes ou associações contribui para a promoção das atividades de inovação.

De acordo com as informações prestadas, 190 ICTs (78,5%) participam de pelo menos uma Associação, sendo que 128 (30,4%) participam da *Associação Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec)*; 88 (20,9%) da *Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec)*; 45 (10,7%) da *Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei)* e 108 (25,6%) de *Outras associações ou redes*. Somente 52 ICTs (12,4%) não participam de associações ou redes.

O gráfico 10 apresenta a distribuição da participação das ICTs em redes ou associações.

Gráfico 10 – Participação das ICTs em rede e associações



Fonte: Formict/MCTI

5 PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

A proteção da propriedade intelectual das ICTs é estimulada pela Lei de Inovação, como forma de incrementar a produção tecnológica nessas instituições, bem como permitir um maior controle e retorno dos ativos intangíveis que podem ser negociados com empresas interessadas.

5.1 Instituições com Pedidos de Proteção

Na Tabela 8 é apresentada a quantidade e o percentual de ICTs públicas e privadas que possuem ou não pedido de proteção no ano-base 2023.

No que diz respeito aos pedidos de proteção de propriedade intelectual por parte das instituições públicas, verificou-se que 69,1% (132 Instituições) informaram que possuem pedidos de proteção de propriedade intelectual requeridos ou concedidos no ano-base de 2023 e 30,9% (59 Instituições) informaram que não possuem pedidos.

Por parte das instituições privadas, verificou-se que 49,3% (37 Instituições) apresentaram pedidos de proteção de propriedade intelectual, enquanto 50,7% (38 Instituições) informaram que não possuem pedidos de proteção requeridos ou concedidos no ano-base 2023.

Tabela 8 – Quantidade de ICTs com pedido de proteção no ano-base 2023

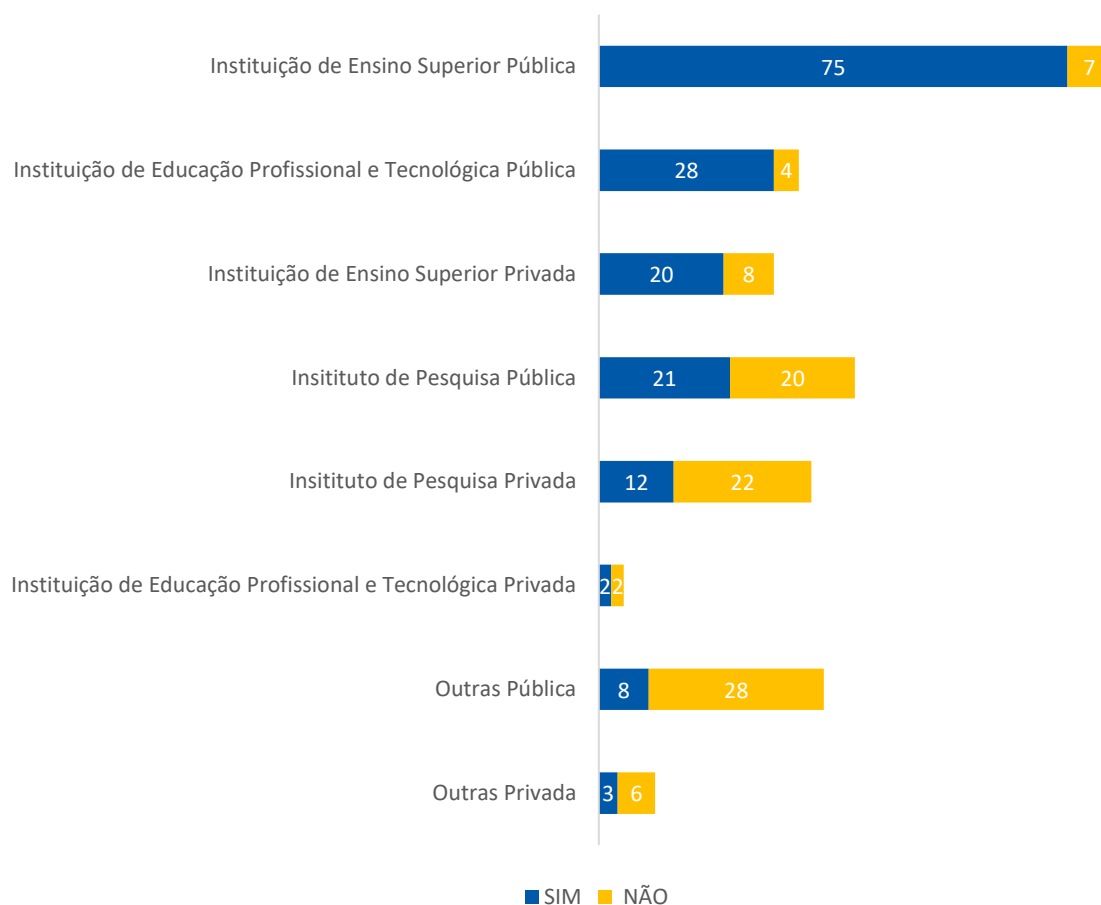
Possui Pedido de Proteção	Pública	%	Privada	%	Total	%
Sim	132	69,1	37	49,3	169	63,5
Não	59	30,9	38	50,7	97	36,5
Total	191	100	75	100	266	100

Fonte: Formict/MCTI

Com relação às 97 instituições que não possuem pedido de proteção requeridos ou concedidos no ano-base 2023, verificou-se o seguinte perfil: 15 Instituições de Ensino Superior, 42 Institutos de Pesquisa, 6 Institutos de Educação Profissional e Tecnológica e 34 outras instituições.

O Gráfico 11 apresenta o perfil das ICTs que possuem ou não pedido de proteção no ano-base 2023.

Gráfico 11 – Perfil das ICTs com pedido de proteção no ano-base 2023



Fonte: Formict/MCTI

Conforme informações recebidas por meio do Formict e conjugando as Tabelas 8 e 9, verificou-se que das 132 instituições públicas que possuem pedidos de proteção (requeridos e concedidos), 120 instituições foram responsáveis pelo total de 1.696 pedidos de proteção requeridos. Nas instituições privadas, verificou-se que do total de 37 instituições com pedidos de proteção (requeridos e concedidos), 30 foram responsáveis pelo total de 256 pedidos de proteção requeridos, totalizando 1.952 pedidos de proteção requeridos.

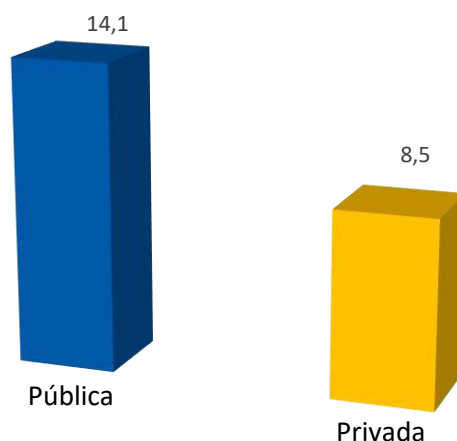
De posse das informações anteriores, buscou-se trabalhar um indicador que mensurasse a relação entre quantidade de pedidos de proteção requerida e o quantitativo das instituições com pedidos de proteção requerida, tanto para instituições públicas, quanto para as privadas, conforme apresentado na fórmula a seguir:

$$\frac{\Sigma \text{Quantidade de pedidos de proteção requerida}}{\Sigma \text{Quantidade de instituições com pedidos de proteção requerida}}$$

O Gráfico 12 apresenta o índice de pedidos de proteção requeridos por tipo de instituição, pública e privada.

As instituições públicas apresentaram o índice de 14,1 pedidos de proteção requeridos por instituição (1.696/120 instituições com pedidos de proteção requeridos), já as instituições privadas apresentaram o índice de 8,5 pedidos de proteção requeridos por instituição (256/30 instituições com pedidos de proteção requeridos).

Gráfico 12 – Índice de pedidos de proteção requeridos por tipo de instituição, pública e privada



Fonte: Formict/MCTI

Com relação às proteções concedidas, 104 instituições públicas tiveram 1.600 pedidos de proteção concedidos em 2023 e 24 instituições privadas obtiveram 239 pedidos concedidos, totalizando 1.839 pedidos de proteção de propriedade intelectual concedidos.

5.2 Análise dos Pedidos de Proteção

Em relação ao país de preferência para registro dos pedidos de Propriedade Intelectual requeridos, foi constatado que a grande maioria das instituições, sejam elas públicas ou privadas, deram preferência por registrar seus pedidos no Brasil.

As instituições públicas informaram que 94,5% de seus pedidos de proteção requeridos ocorreram no Brasil, apenas 3,3% dos pedidos de proteção requeridos ocorreram no exterior e 2,2% em ambos (Brasil e exterior).

Em relação às instituições privadas, 94,9% dos pedidos das instituições privadas ocorreram no Brasil, 2,7% somente no exterior e 2,4% em ambos (Brasil e exterior), conforme a Tabela 9.

Tabela 9 – Proteção requerida por localidade e tipo de instituição solicitante

Proteção Requerida	Pública	%	Privada	%	Total	%
Brasil	1.602	94,5	243	94,9	1.845	94,5
Exterior	56	3,3	7	2,7	63	3,2
Brasil/ Exterior	38	2,2	6	2,4	44	2,3
Total	1.696	100	256	100	1.952	100

Fonte: Formict/MCTI

Já em relação aos pedidos de proteção concedidos, as instituições públicas informaram que 96,5% de seus pedidos de proteção concedidos ocorreram no Brasil, apenas 0,7% dos pedidos de proteção concedidos ocorreram no exterior e 2,8% dos pedidos em ambos (Brasil e exterior).

No que se refere às instituições privadas, 88,3% dos pedidos foram concedidos no Brasil, 3,8% foram concedidos no exterior e 7,9% dos pedidos em ambos (Brasil e exterior).

No total, 95,5% dos pedidos de proteção foram concedidos no Brasil, 1,1% foram concedidos no exterior e 3,4% em ambos (Brasil e exterior), conforme apresentado na Tabela 10.

Tabela 10 – Proteção concedida por localidade e tipo de instituição solicitante

Proteção Concedida	Pública	%	Privada	%	Total	%
Brasil	1.545	96,5	211	88,3	1.756	95,5
Exterior	11	0,7	9	3,8	20	1,1
Brasil/ Exterior	44	2,8	19	7,9	63	3,4
Total	1.600	100	239	100	1.839	100

Fonte: Formict/MCTI

Com relação aos tipos de pedidos de proteção requeridos, verificou-se que 1.258 são Patente de Invenção, 372 são de *Registro de Marca*, 146 são relativos a *Programa de Computador*, 70 são de *Desenho Industrial*, 62 são de *Modelo de Utilidade*, 18 são de *Registro de Cultivar*, 1 é *Registro de Marca Coletiva*, 1 é *Registro de Marca de Certificação* e 24 correspondem a *Outros* tipos de proteção, conforme Tabela 11.

Tabela 11 – Tipos de proteção requerida

Tipo de Pedido	Pública	Privada	Quantidade
Patente de Invenção	1.144	114	1.258
Registro de Marca de Produto ou Serviço	258	114	372
Modelo de Utilidade	51	11	62
Programa de Computador	135	11	146
Registro de Cultivar	17	1	18
Desenho Industrial	66	4	70
Registo de Marca Coletiva	1	0	1
Registro de Marca de Certificação	0	1	1
Outros	24	0	24
Total	1.696	256	1.952

Fonte: Formict/MCTI

A Tabela 12 traz a relação, de acordo com o perfil das ICTs, das comunicações de invenção recebidas pelos NITs e os pedidos de proteção requeridos, com vistas a entender qual o quantitativo das comunicações de invenção é considerado passível de proteção intelectual pelos NITs. Considerando que as comunicações de invenção não são convenientes para todos os tipos de proteção, foram incluídos na contabilização do total de pedidos requeridos na tabela 12, os seguintes tipos de pedidos: Patente de Invenção, Modelo de Utilidade, Programa de Computador, Desenho Industrial, Topografia de Circuitos Integrados e Outros.

Tabela 12 – Quantidade de comunicações de invenção por perfil

Perfil	Comunicações de Invenção	Proteções Requeridas*
Instituição de Ensino Superior Pública	2.492	1.345
Instituição de Ensino Superior Privada	164	69
Instituto de Pesquisa Público	100	112
Instituto de Pesquisa Privado	214	73
Instituto de Educação Profissional e Tecnológica Público	607	157
Instituto de Educação Profissional e Tecnológica Privado	28	16
Outras	131	180
Total	3.736	1.952

Fonte: Formict/MCTI

* Proteções Requeridas: Patente de Invenção, Modelo de Utilidade, Programa de Computador, Desenho Industrial, Topografia de Circuitos Integrados e Outros.

Com base nas informações prestadas pelas instituições, foi possível identificar o relacionamento entre os diferentes tipos de propriedade intelectual com os setores econômicos. Como parâmetro para esse último, utilizou-se a Classificação Nacional das Atividades Econômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

A tabela 13 apresenta os diferentes tipos de proteção requerida por setor econômico.

Tabela 13 – Tipos de proteção requerida por setor econômico

Setor econômico	DI	MU	PC	PI	RC	RCer	RCol	RMPS	Ou	Total
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social			1	10				30		41
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	1	13	8	129	18			22	4	195
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	1			33						34
Alojamento e Alimentação		3		28				1		32
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	2			1				4		7
Atividades Administrativas e Serviços Complementares			2	1				8		11
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	14	7	54	291				160	1	527
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas				2				4		6
Construção	1	2		13						16
Educação	4	3	17	22				82		128
Eletricidade e Gás	3	2	19	29				1		54
Indústrias de Transformação	34	16	3	480				4	19	556
Indústrias Extrativas	1			22						23
Informação e Comunicação		1	37	35				28		101
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais								1		1
Saúde Humana e Serviços Sociais	2	9	4	135		1		23		174
Serviços Domésticos		1		3						4
Transportes, Armazenagem e Correio	3	1		7				1		12
Outras Atividades de Serviços	4	4	1	17			1	3		30
Total	70	62	146	1.258	18	1	1	372	24	1.952

Fonte: Formict/MCTI

DI- Desenho Industrial

MU- Modelos de Utilidade

PC- Programa de Computador

PI- Patente de Invenção

RC- Registro de Cultivar

RCol – Registro de Marca Coletiva

RMPS- Registro de Marca de Produto ou Serviço

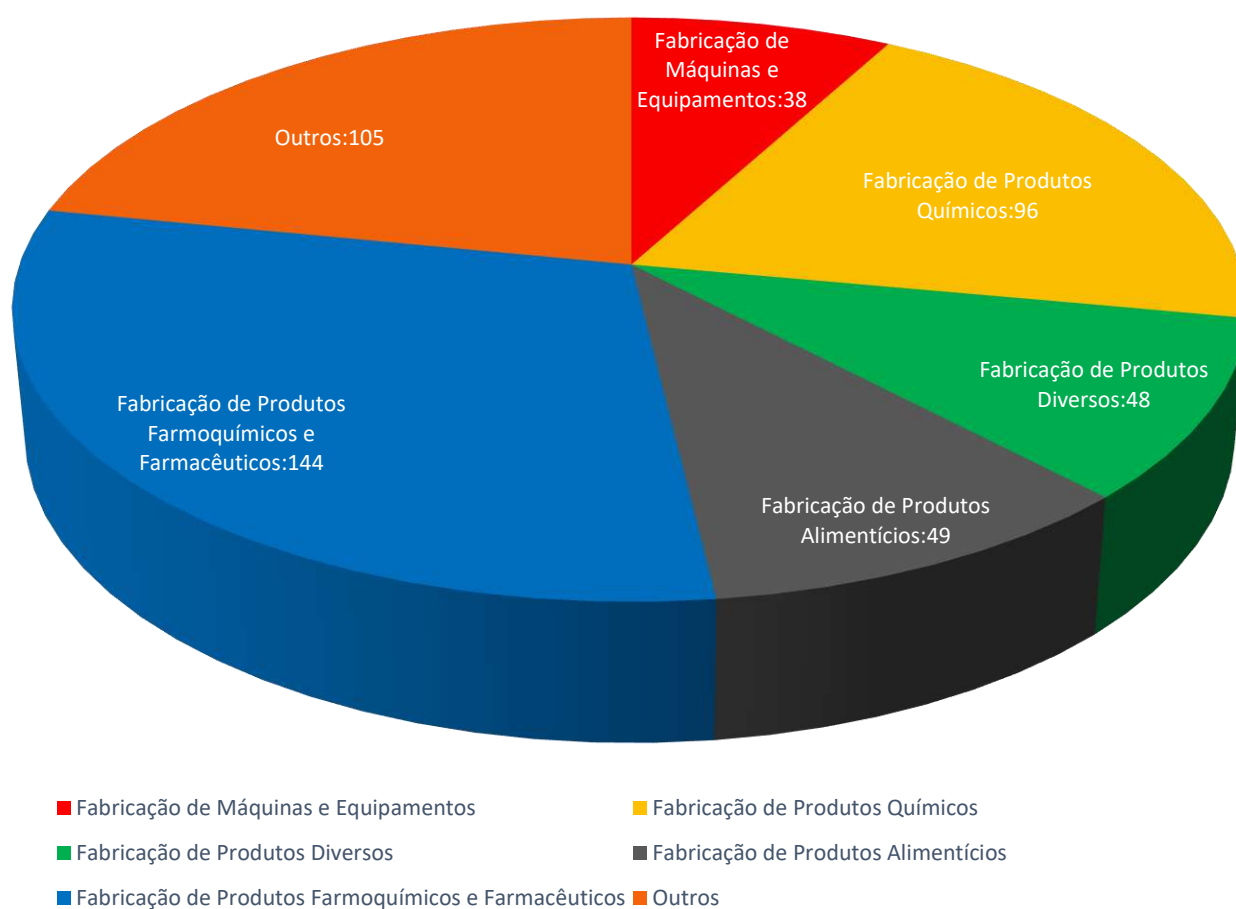
RCer – Registro de Marca de Certificação

Ou - Outros

Dentre os resultados identificados na análise das proteções requeridas, cabe mencionar o número expressivo de *Patentes de Invenção*, estas corresponderam a 1.258 pedidos, o que representa 64,5% do total. Os setores econômicos que tiveram maior índice de aplicação por este tipo de proteção foram: *Indústria de Transformação*, 38,2% (480 pedidos), *Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas*, 23,1% (291 pedidos), *Saúde Humana e Serviços Sociais*, 10,7% (135 pedidos), *Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura*, 10,2% (129 pedidos), *Informação e Comunicação*, 2,8% (35 pedidos) e os demais setores tiveram 15,0% (188 pedidos).

Das proteções requeridas no setor de Indústria de Transformação, destacam-se as patentes de invenção nas seguintes áreas: *Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos*, 30,0% (144 pedidos), *Fabricação de Produtos Químicos*, 20,0% (96 pedidos), *Fabricação de Produtos Alimentícios*, 10,2% (49 pedidos), *Fabricação de Produtos Diversos*, 10,0% (48 pedidos), *Fabricação de Máquinas e Equipamentos*, 7,9% (38 pedidos), e *Outros*, 21,9% (105 pedidos), conforme demonstra o Gráfico 13.

Gráfico 13 – Distribuição das patentes de invenção requeridas no setor de indústria de transformação



Fonte: Formict/MCTI

A tabela 14 apresenta os diferentes tipos de proteção concedida por setor econômico.

Tabela 14 – Tipos de proteção concedida por setor econômico

Setor econômico	DI	MU	PC	PI	RC	RDA	RMPS	Ou	Total
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	1	1	73	2			2	2	81
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura		2	66	27	25		14		134
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação		1	6	6					13
Alojamento e Alimentação	1		3	2					6
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	2	1	12				19		34
Atividades Administrativas e Serviços Complementares			32				1		33
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados			1						1
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	7	5	210	124	24	1	25	1	397
Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas			2						2
Construção		1	10	1					12
Educação	2	4	185	2			39		232
Eletricidade e Gás		4	45	19			3		71
Indústrias de Transformação	17	5	11	153			6	4	196
Indústrias Extrativas			9	4					13
Informação e Comunicação			402	23			3		428
Saúde Humana e Serviços Sociais	2	4	111	33			3		153
Serviços Domésticos	1		2						3
Transportes, Armazenagem e Correio			12						12
Outras Atividades de Serviços	1		4	10			3		18
Total	34	28	1.196	406	49	1	118	7	1.839

Fonte: Formict/MCTI

DI - Desenho Industrial

PI - Patente de Invenção

RMPS - Registro de Marca de Produto ou Serviço

MU - Modelos de Utilidade

RC - Registro de Cultivar

Ou - Outros

PC - Programa de Computador

RDA - Registro de Direito Autoral

Com relação às proteções concedidas, o tipo de pedido que teve a maior quantidade de concessões foi *Programa de Computador* (1.196 proteções concedidas), representando 65,0% do total.

Verificou-se uma incidência significativa de registros concedidos de *Patentes de Invenção* (406 registros concedidos), representando 22,1% do total, com aplicação em diversos setores econômicos, tais como: *Indústrias de Transformação; Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas; Saúde Humana e Serviços Sociais; Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; Informação e Comunicação*; entre outros.

Com relação à cotitularidade das proteções, observou-se que a preferência foi por pedidos sem cotitularidade, sendo que eles representaram 66,7% das proteções requeridas e 73,0% das proteções concedidas. Os pedidos com cotitularidade representaram 33,3% das proteções requeridas e 27,0% das proteções concedidas, conforme demonstrado na Tabela 15.

Tabela 15 – Cotitularidade das proteções

Proteções	Requeridas						Concedidas					
	Cotitularidade	Pública	%	Privada	%	Total	%	Pública	%	Privada	%	Total
Com cotitularidade	576	34,0	74	29,9	650	33,3	421	26,3	76	31,8	497	27,0
Sem cotitularidade	1.120	66,0	182	71,1	1.302	66,7	1.179	73,7	163	68,2	1.342	73,0
Total	1.696	100	256	100	1.952	100	1.600	100	239	100	1.839	100

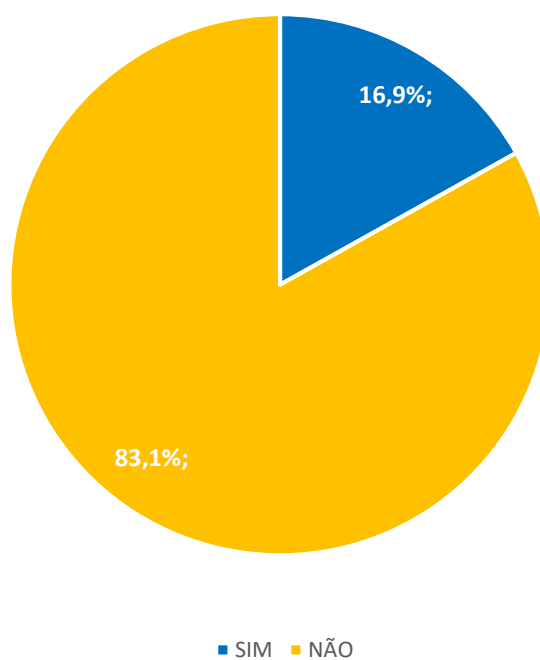
Fonte: Formict/MCTI

5.3 Desenvolvimento de *spin-offs*

Spin-offs são definidas como *start ups* criadas com o intuito de explorar propriedade intelectual de ICTs. Seus fundadores podem ser tanto pesquisadores, docentes, colaboradores ou estudantes da instituição, quanto empreendedores de fora da comunidade acadêmica. Vale ressaltar que podem existir *spin-offs* que exploram a propriedade intelectual da ICT sem necessariamente pagar *royalties*, como, por exemplo, quando o licenciamento da propriedade intelectual ocorre em troca de participação acionária da ICT na empresa. Em outros casos, existem também *spin-offs* que exploram propriedade intelectual protegida da ICT sem a formalização de contratos de licenciamento.

Das ICTs respondentes do Formict de 2023, apenas 45 (16,9%) informaram que já desenvolveram *spin-offs* desde a sua criação e 221 (83,1%), que ainda não desenvolveram, conforme demonstra o Gráfico 14.

Gráfico 14 – Desenvolvimento de spin-off pelas ICTs



Fonte:Formict/MCTI

6 CONTRATOS DE TECNOLOGIA

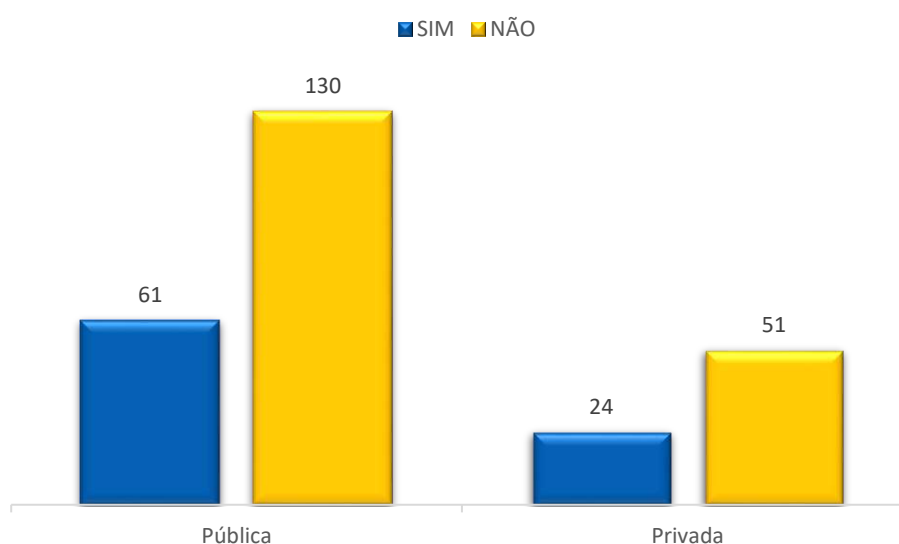
O art. 6º da Lei de Inovação faculta à ICT celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida.

O recebimento de rendimentos pelos contratos firmados pelas ICTs constitui uma etapa avançada do processo de comercialização de tecnologias geradas nessas instituições, que geralmente inclui a proteção da invenção; a elaboração de contrato para transferência de tecnologia, o licenciamento ou a exploração; o uso comercial da tecnologia; e, por fim, o pagamento de *royalties* ou prêmios para a ICT.

6.1 Instituições com Contratos de Tecnologia

De acordo com as informações recebidas por meio do Formict, verificou-se que a grande maioria não possui contratos de transferência de tecnologia. Apenas 85 instituições informaram possuir contratos firmados em 2023, sendo 61 instituições públicas e 24 instituições privadas. Em relação às instituições que não possuem contratos de transferência de tecnologia firmados em 2023, 130 são instituições públicas e 51 são instituições privadas, totalizando 181 instituições. O Gráfico 15 apresenta a quantidade de instituições públicas e privadas que possuem ou não contrato de tecnologia firmado.

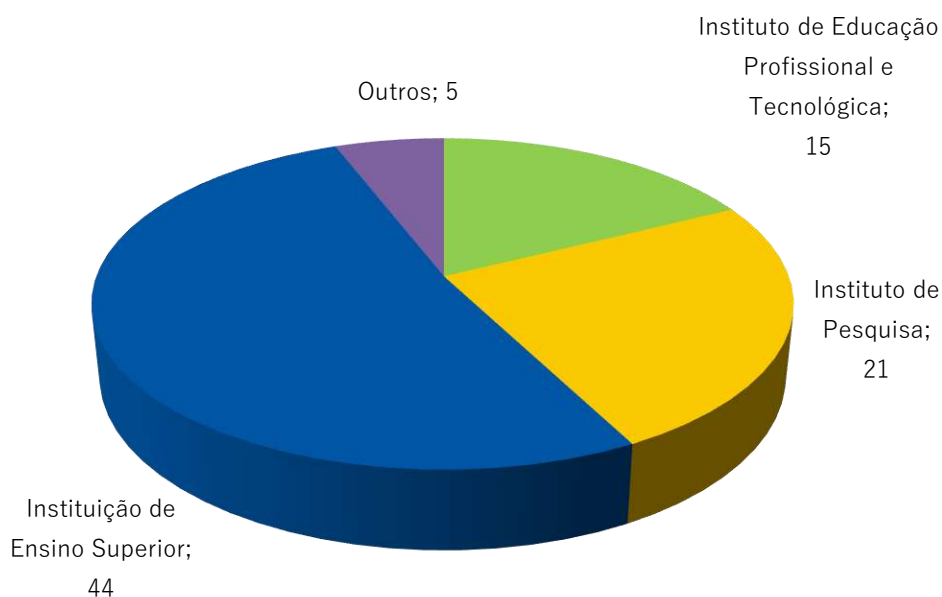
Gráfico 15 – Quantidades de instituições que possuem contrato de transferência de tecnologia



Fonte: Formict/MCTI

Das 85 instituições que informaram possuir contratos de tecnologia, a maioria é representada por *Instituição de Ensino Superior*, sendo 44 instituições deste perfil que possuem contratos de tecnologia, seguidas por 21 *Institutos de Pesquisa*, 15 *Institutos de Educação Profissional e Tecnológica* e 5 *Outras instituições*, conforme apresentado no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Perfil das instituições que possuem contrato de tecnologia



Fonte: Formict/MCTI

6.2 Análise dos Contratos de Tecnologia

Foram contabilizados 3.157 Contratos de Tecnologia, sendo 46,4% *Acordos de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação*; 11,0% *Termos de confidencialidade*; 10,2% *Contratos de cessão de direitos de propriedade intelectual*; 4,9% *Contratos de licenciamento de direitos de propriedade intelectual*; 4,3% *Contratos ou convênios de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICTs, empresas ou pessoas físicas*; 3,8% *Contratos de know how*; 2,9% *Contratos de cotitularidade*; 2,9% *Contratos ou convênios de uso do capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação*; 2,4% *Acordos de transferência de material biológico*; 1,2% *Contratos ou convênios de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICTs ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação* e 10,0% *Outros Objetos*.

A Tabela 16 apresenta a distribuição dos contratos de tecnologia por objeto.

Tabela 16 – Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto

Objeto	ICTs que informaram ter contrato	Quantidade de contratos	%
Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação (atividades conjuntas de pesquisa científica e/ou tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo).	72	1.465	46,4
Contrato ou convênio de uso do capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação	10	91	2,9
Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual (Patente / Desenho Industrial / Marca / Programa de computador / Topografia de circuito integrado / Cultivar / Obra literária, artística ou científica / Outros)	24	154	4,9
Contrato de know how (envolvendo ativos intangíveis não amparados por direitos de propriedade intelectual), assistência técnica (contração de soluções técnicas ou capacitação e treinamento) e demais serviços.	14	119	3,8
Termo de confidencialidade (Termo de sigilo/ Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo)	14	347	11,0
Contrato de cotitularidade.	21	92	2,9
Contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual (Patente / Desenho Industrial / Marca / Programa de computador / Topografia de circuito integrado / Cultivar / Obra literária, artística ou científica / Outros)	12	321	10,2
Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICTs ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação	9	38	1,2
Acordo de transferência de material biológico.	6	76	2,4
Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICTs, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação	4	135	4,3
Outros	28	319	10,0
TOTAL	-	3.157	100

Fonte: Formict/MCTI

Na Tabela 17 é apresentada a distribuição dos contratos de tecnologia por exclusividade. Analisando-a, observa-se que as instituições públicas foram responsáveis por 1.125 contratos classificados como *Sem Exclusividade*, ou seja, quando o contrato permite que a ICT possa negociar a mesma tecnologia com outras empresas, 243 contratos *Com Exclusividade* e 1.066 contratos de *Outras Formas*, que correspondem aos casos de tecnologias negociadas, porém, que não foram objeto de proteção. As instituições privadas foram responsáveis por 104 contratos *Com Exclusividade*, 118 contratos *Sem Exclusividade* e 501 contratos de *Outras Formas*.

Tabela 17 – Distribuição dos contratos de tecnologia por exclusividade

Contratos	Pública	Privada	Total
Sem exclusividade	1.125	118	1.243
Com exclusividade	243	104	347
Outras Formas	1.066	501	1.567
Total	2.434	723	3.157

Fonte: Formict/MCTI

Em relação ao valor dos contratos de tecnologia, a região Sudeste foi a que apresentou o maior montante, R\$ 1.837,3 milhões oriundos de 1.568 contratos, já a região Centro-Oeste, apresentou rendimentos no valor de R\$ 631,3 milhões relativos a 720 contratos, conforme Tabela 18¹.

Os 3.157 contratos de tecnologia totalizaram um montante da ordem de R\$ 2.985,9 milhões, conforme Tabela 18. Destes, o objeto de contrato que apresentou maior montante foi *Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação*, com R\$ 2.250,0 milhões oriundos de 1.465 contratos desse tipo. Os contratos informados como *Contrato ou convênio de uso do capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação* apresentaram o segundo maior montante, com R\$ 325,5 milhões oriundos de 91 contratos, em seguida os *Contrato de know-how*, com R\$ 46,8 milhões oriundos de 119 contratos. Nos do tipo *Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações*, o montante de R\$ 32,8 milhões com 38 contratos, nos do tipo *Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual* apresentaram o montante de R\$ 31,9 milhões oriundos de 154 contratos, já os *Contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual* apresentaram o montante de

¹ Os contratos podem ser negociados por valor ou por porcentagem nos rendimentos auferidos com a comercialização do produto; caso sejam negociados por porcentagem, a instituição informa que não houve valor dos contratos e informa anualmente os rendimentos no bloco seguinte.

R\$ 18,4 milhões oriundos de 321 contratos, enquanto os *Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações* apresentaram R\$ 4,2 milhões oriundos de 135 contratos, os *Acordo de transferência de material biológico* apresentaram R\$ 2,3 milhões oriundos de 76 contratos e os *Contrato de cotitularidade* apresentaram R\$ 0,6 milhão, oriundos de 92 contratos. Os contratos de *Outros objetos* apresentaram o montante de R\$ 273,4 milhões, com 319 contratos. Os demais contratos não apresentaram valor significativo.

Tabela 18 – Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto, montante e região

Objeto	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	quant.	Valor R\$	quant.	Valor R\$	quant.	Valor R\$	quant.	Valor R\$	quant.	Valor R\$	quant. total	Valor Total R\$
Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação (atividades conjuntas de pesquisa científica e/ou tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo).	343	R\$ 537.685.946,02	105	R\$ 153.263.823,13	1	R\$ 699.516,23	703	R\$ 1.347.614.344,69	313	R\$ 210.683.756,82	1.465	R\$ 2.249.947.386,89
Acordo de transferência de material biológico.							74	R\$ 2.320.000,00	2	R\$ 0,00	76	R\$ 2.320.000,00
Contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual (Patente/ Desenho Industrial/Marca/Programa de computador/Topografia de circuito integrado/Cultivar/Obra literária, artística ou científica/Outros).	308	R\$ 17.775.227,04					9	R\$ 580.601,21	4	R\$ 2.400,00	321	R\$ 18.358.228,25
Contrato de cotitularidade.	6	R\$ 0,00	10	R\$ 0,00			66	R\$ 640.000,00	10	R\$ 0,00	92	R\$ 640.000,00
Contrato de know-how (envolvendo ativos intangíveis não amparados por direitos de propriedade intelectual), assistência técnica (contração de soluções técnicas ou capacitação e treinamento) e demais serviços.	1	R\$ 0,00					94	R\$ 45.450.946,92	24	R\$ 1.395.997,57	119	R\$ 46.846.944,49
Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual (Patente/Desenho Industrial/Marca/Programa de computador/ Topografia de circuito integrado/Cultivar/Obra literária, artística ou científica / Outros).	22	R\$ 9.000,00	21	R\$ 11.438.236,59			95	R\$ 18.665.927,35	16	R\$ 1.777.200,00	154	R\$ 31.890.363,94
Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICTs ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação.	2	R\$ 24.000.000,00					31	R\$ 8.752.010,20	5	R\$ 5.796,00	38	R\$ 32.757.806,20
Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICTr, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.							29	R\$ 912.029,50	106	R\$ 3.319.372,88	135	R\$ 4.231.402,38
Contrato ou convênio de uso do capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.			4	R\$ 3.928.457,84	8	R\$ 56.171.361,94	79	R\$ 265.356.577,34			91	R\$ 325.456.397,12
Termo de confidencialidade (Termo de sigilo/Termo De Compromisso de Manutenção de Sigilo).	8	R\$ 0,00	2	R\$ 0,00			261	R\$ 0,00	76	R\$ 0,00	347	R\$ 0,00
Outros	30	R\$ 51.875.452,42	123	R\$ 3.527.133,91			127	R\$ 147.043.497,17	39	R\$ 70.992.663,25	319	R\$ 273.438.746,75
Total	720	R\$ 631.345.625,48	265	R\$ 172.157.651,47	9	R\$ 56.870.878,17	1.568	R\$ 1.837.335.934,38	595	R\$ 288.177.186,52	3.157	R\$ 2.985.887.276,02

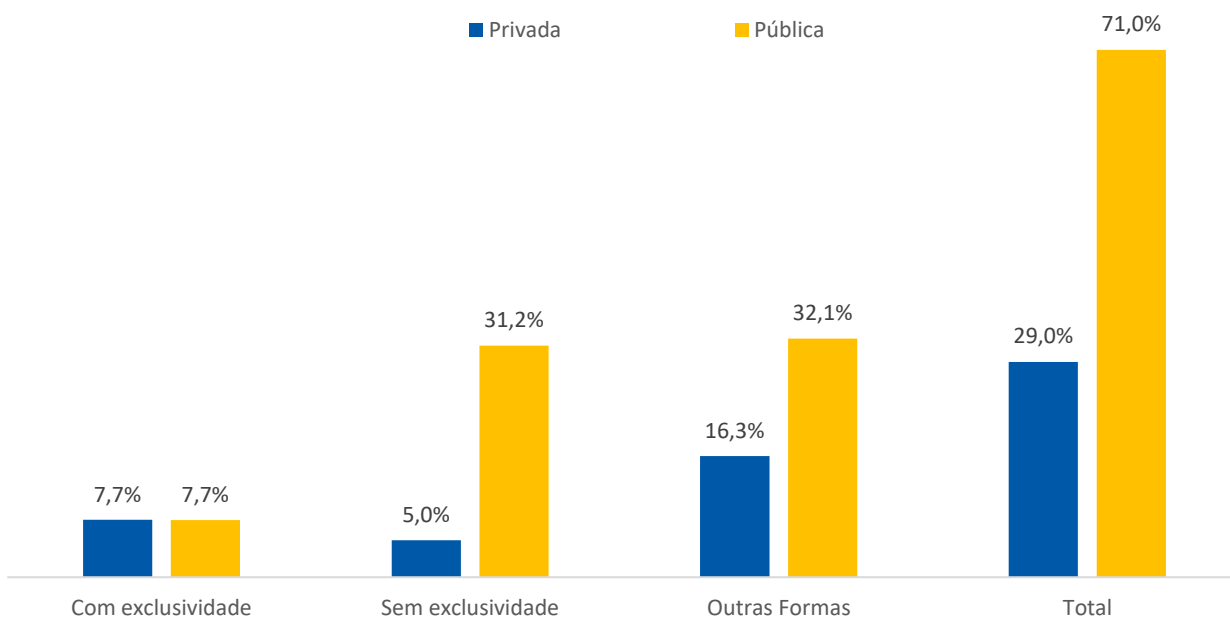
Fonte: Formict/MCTI

Em relação ao valor dos Contratos de Tecnologia firmados por instituições públicas em 2023, alcançou o montante de R\$ 2.120,1 milhões, prevalecendo a realização de contratos de *Outras formas*, totalizando aproximadamente R\$ 958,7 milhões. Com relação aos contratos *Sem Exclusividade*, verificou-se o valor de R\$ 931,2 milhões, já os contratos *Com Exclusividade* chegaram ao valor de R\$ 230,1 milhões.

O setor privado contabilizou o montante de R\$ 865,8 milhões em Contratos de Tecnologia, sendo que os contratos firmados *Com Exclusividade* contabilizaram R\$ 230,5 milhões, enquanto que os contratos *Sem Exclusividade* foram responsáveis por R\$ 148,5 milhões e R\$ 486,8 milhões foram contabilizados em *Outras Formas* de contratos.

No cômputo geral, foram contabilizados mais de R\$ 2.985,9 milhões em Contratos de Tecnologia, sendo que desse total, 7,7% dos recursos correspondem a contratos de instituições públicas firmados *Com Exclusividade*, enquanto que os recursos relativos a contratos *Sem Exclusividade* provenientes de instituições públicas representaram 31,2% e *Outras Formas* de contratos representaram 32,1% dos recursos contabilizados. Em relação às instituições privadas, verificou-se que os contratos firmados *Com Exclusividade* representaram 7,7% do total, já os contratos firmados *Sem Exclusividade* apresentaram o total de 5,0% e *Outras Formas* de contratos representaram 16,3%, conforme demonstra o Gráfico 17.

Gráfico 17 – Montante de contratos de tecnologia firmados em 2023.



	Com Exclusividade	Sem Exclusividade	Outras Formas
■ Privada	R\$ 230.493.015,25	R\$ 148.517.283,70	R\$ 486.812.835,54
■ Pública	R\$ 230.130.084,25	R\$ 931.265.219,76	R\$ 958.668.837,52

Fonte: Formict/MCTI

6.3 Rendimentos Obtidos com Contratos de Tecnologia

Com relação aos rendimentos recebidos com os Contratos de Tecnologia, foram considerados os rendimentos referentes aos contratos firmados no ano-base 2023 e que geraram recursos em 2023 ou que tenham sido firmados em anos anteriores, mas geraram recursos no ano de 2023 e estão apresentados na Tabela 19.

As instituições públicas informaram que receberam aproximadamente R\$ 1.528,8 milhões de rendimentos relativos à transferência de tecnologia. Já as instituições privadas contabilizaram cerca de R\$ 978,7 milhões de rendimentos. No total, foram auferidos mais de R\$ 2,5 bilhões de rendimentos.

Tabela 19 – Rendimentos dos contratos e gastos com propriedade intelectual em 2023.

Recursos	Pública	Privada	Total
Rendimentos do ano percebidos na transferência de tecnologia	R\$ 1.528.857.644,20	R\$ 978.685.111,93	R\$ 2.507.542.756,13
Gastos com registros e manutenção da PI	R\$ 8.484.830,68	R\$ 2.082.945,53	R\$ 10.567.776,21

Fonte: Formict/MCTI

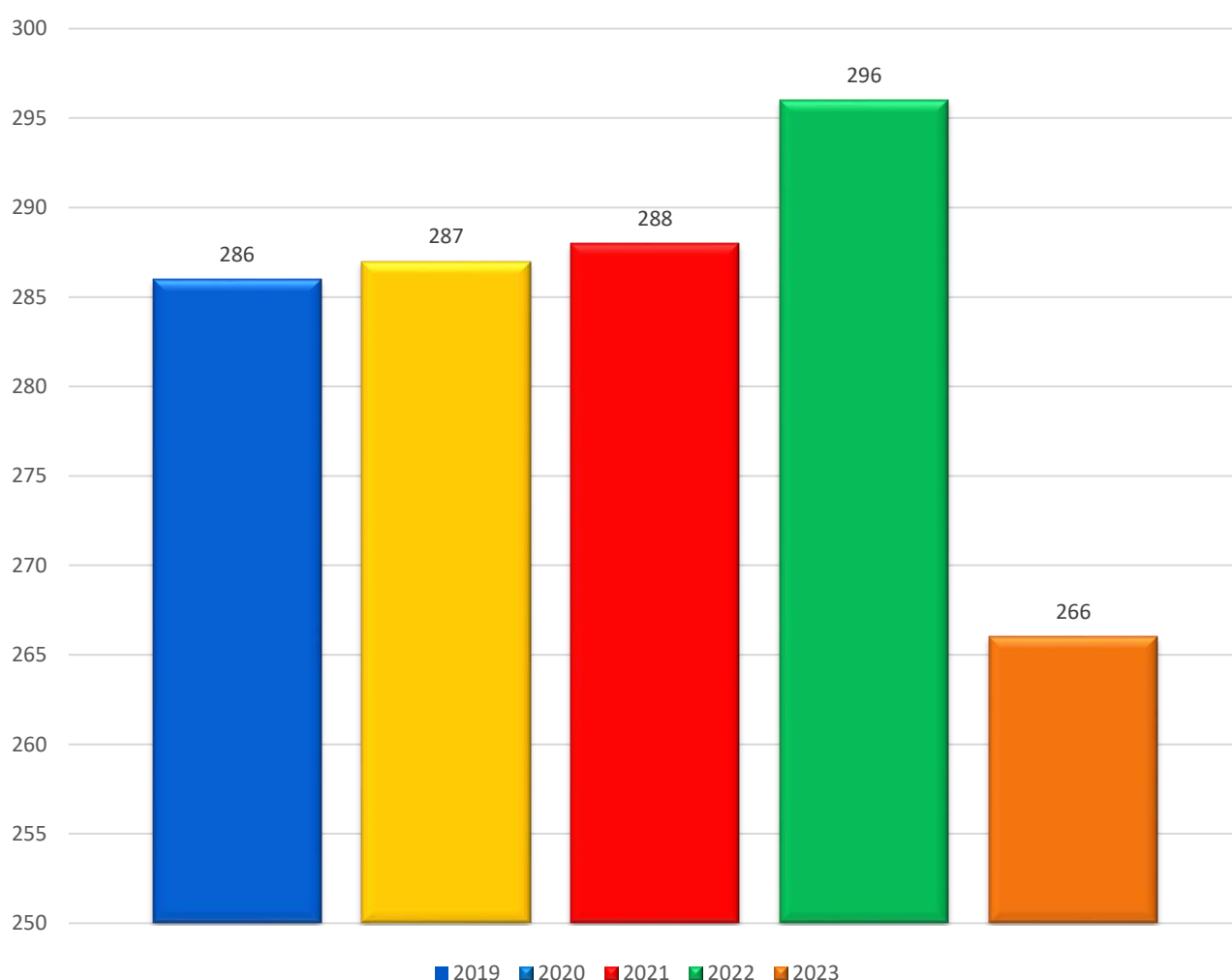
No que se refere aos gastos que as instituições tiveram em 2023 com registros e manutenção da proteção de propriedade intelectual, as instituições públicas informaram o gasto de aproximadamente R\$ 8,5 milhões e as instituições privadas de R\$ 2,1 milhões, conforme apresentado na tabela 19.

7 ANÁLISE COMPARATIVA 2019/ 2020/ 2021/ 2022/ 2023

Neste capítulo será realizada uma análise comparativa das informações fornecidas pelas ICTs nos anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. A comparação permite observar a evolução do preenchimento e os avanços recentes das instituições.

No período analisado, observou-se um acréscimo do quantitativo de instituições que responderam o formulário até o ano-base de 2022, seguido de um decréscimo no ano-base de 2023, conforme demonstrado no Gráfico 18.

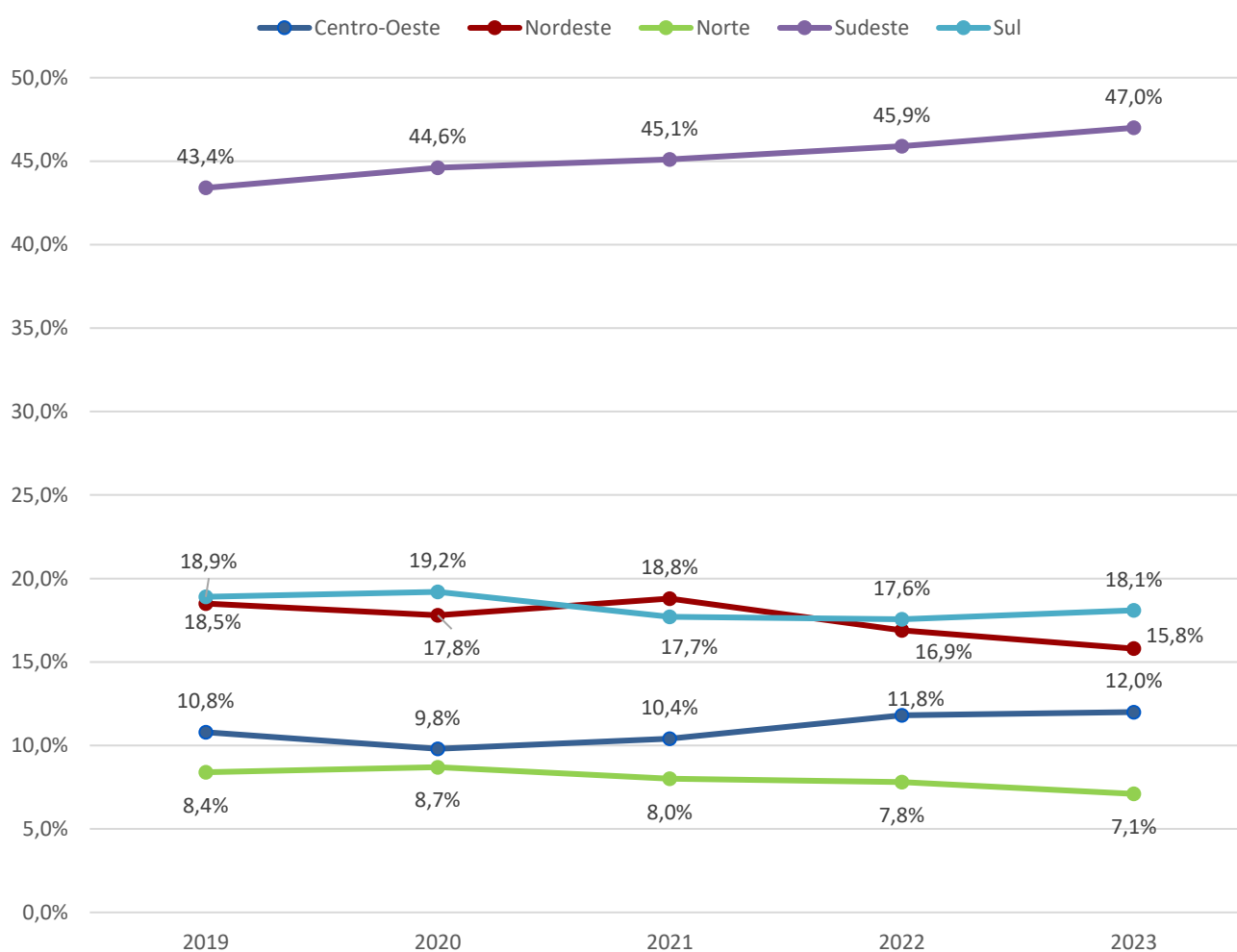
Gráfico 18 – Comparativo do quantitativo de ICTs que responderam o Formict



Fonte: Formict/MCTI

Com relação à distribuição regional das ICTs, em 2023 as alterações em relação ao ano anterior foram de poucos pontos percentuais, sendo que a Região Sudeste foi a que apresentou maior aumento na participação, passando de 45,9% para 47,0%, seguida da Região Sul, que passou de 17,6% para 18,1% e da Região Centro-Oeste, que passou de 11,8% para 12,0%. Enquanto isso, as regiões Nordeste e Norte decresceram, passando de 16,9% para 15,8% e de 7,8% para 7,1%, respectivamente. O Gráfico 19 demonstra a distribuição de ICTs por região de 2019 a 2023.

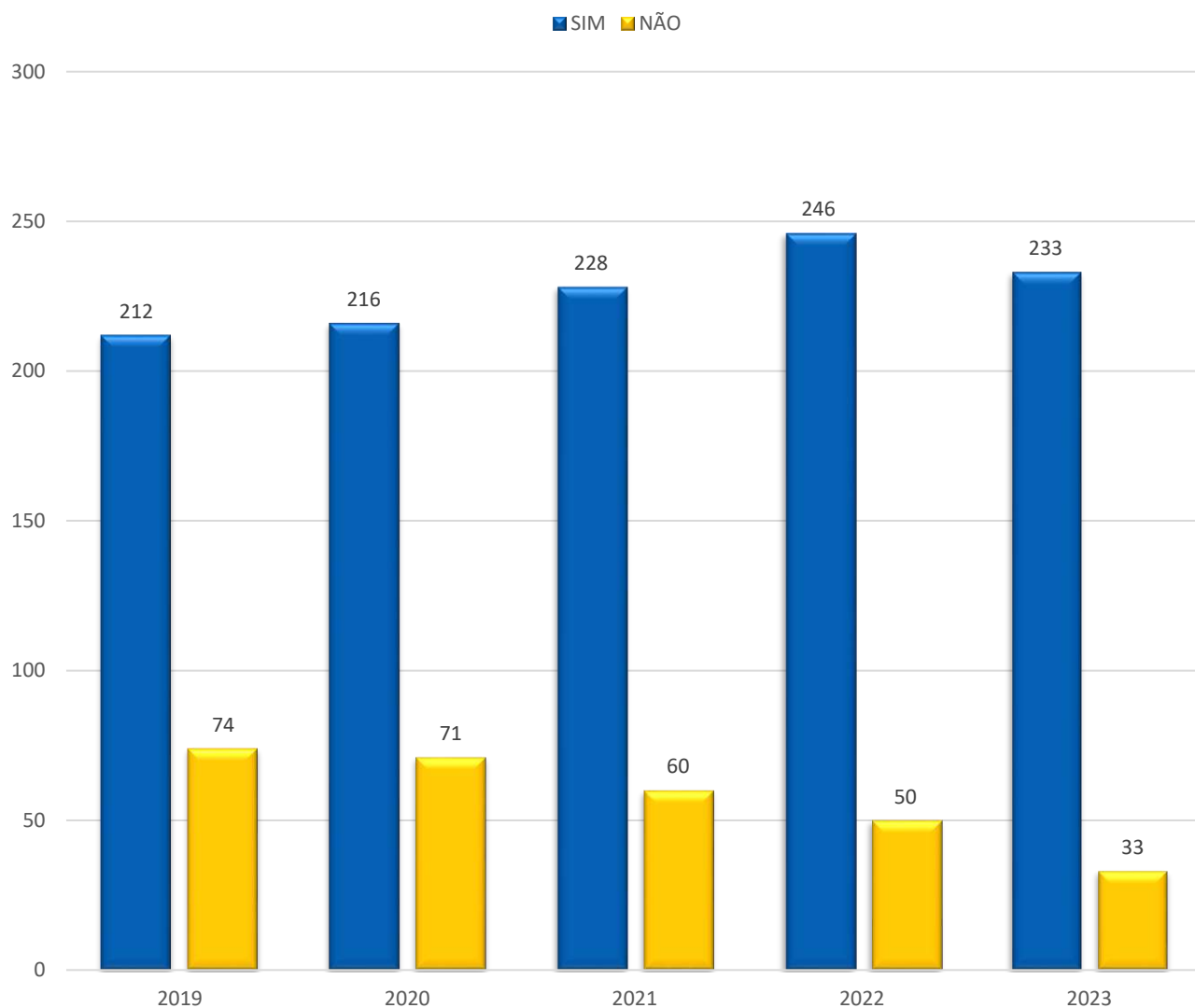
Gráfico 19 – Comparativo da distribuição de ICTs por região



Fonte: Formict/MCTI

No tocante à implementação da Política de Inovação, há um percentual crescente de instituições que informaram que possuem documentos formais com diretrizes que norteiam a atuação da instituição nas ações ligadas à inovação. Em 2022, 83,1% das instituições informaram possuir política de inovação implementada. Em 2023, este percentual foi de 87,6%. O Gráfico 20 demonstra a evolução da implementação da política de inovação de 2019 a 2023.

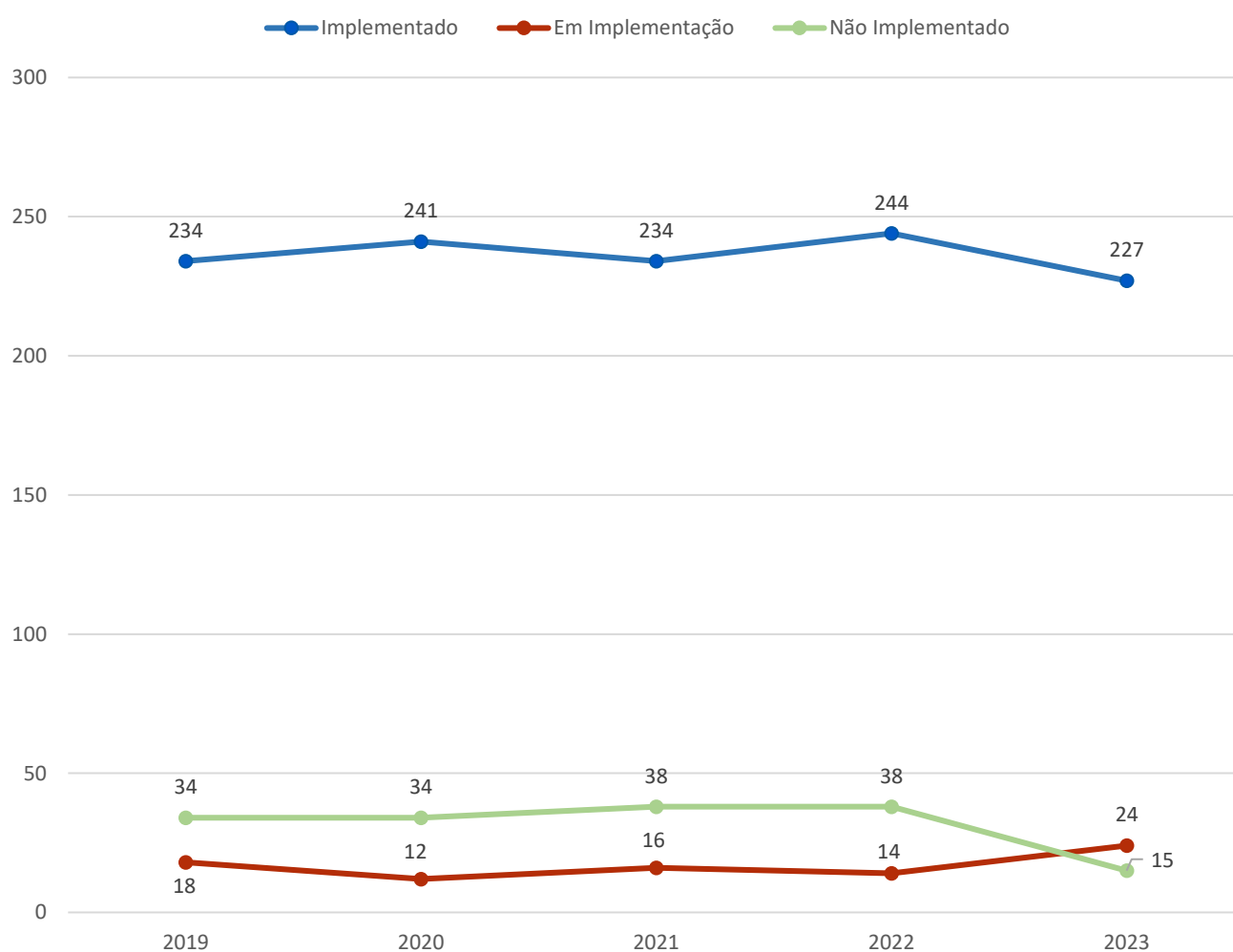
Gráfico 20 – Comparativo da implementação da política de inovação



Fonte: Formict/MCTI

Com relação à implementação dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas instituições, comparando os dados de 2023 com o ano anterior, observou-se o decréscimo de 17 instituições que informaram que os seus núcleos estão *Implementados* e de 23 instituições com NIT *Não Implementado*, com o acréscimo de 10 instituições que estão com NIT *Em Implementação*. O Gráfico 21 apresenta a evolução anual do estágio de implementação dos NITs de 2019 a 2023.

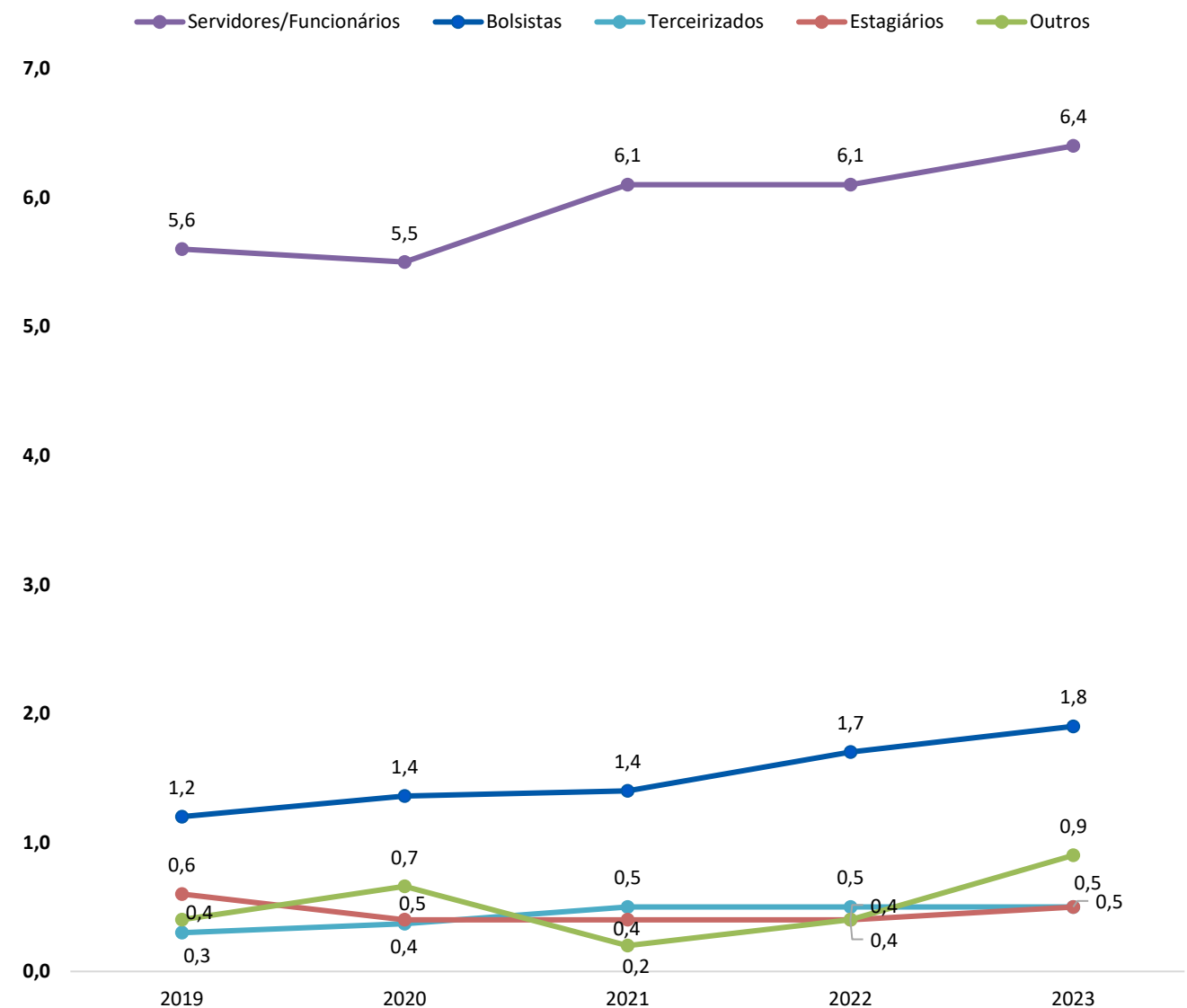
Gráfico 21 – Evolução do estágio de implementação dos NITs



Fonte: Formict/MCTI

O Gráfico 22 refere-se à composição dos recursos humanos por situação funcional em relação ao quantitativo de *NITs Implementados* e *Em implementação*, desde 2019 até 2023. Em relação ao ano anterior, observa-se um aumento na média de *Servidores* de 6,1 para 6,4 por NIT. Além disso, nota-se acréscimo de 0,1 dos *Bolsistas* e dos *Estagiários* e de 0,5 nos *Outros*, quando comparadas as médias do ano-base 2023 com o ano-base de 2022. A única situação funcional que não houve acréscimo na média funcional foram dos *Terceirizados*, a qual se manteve em 0,5.

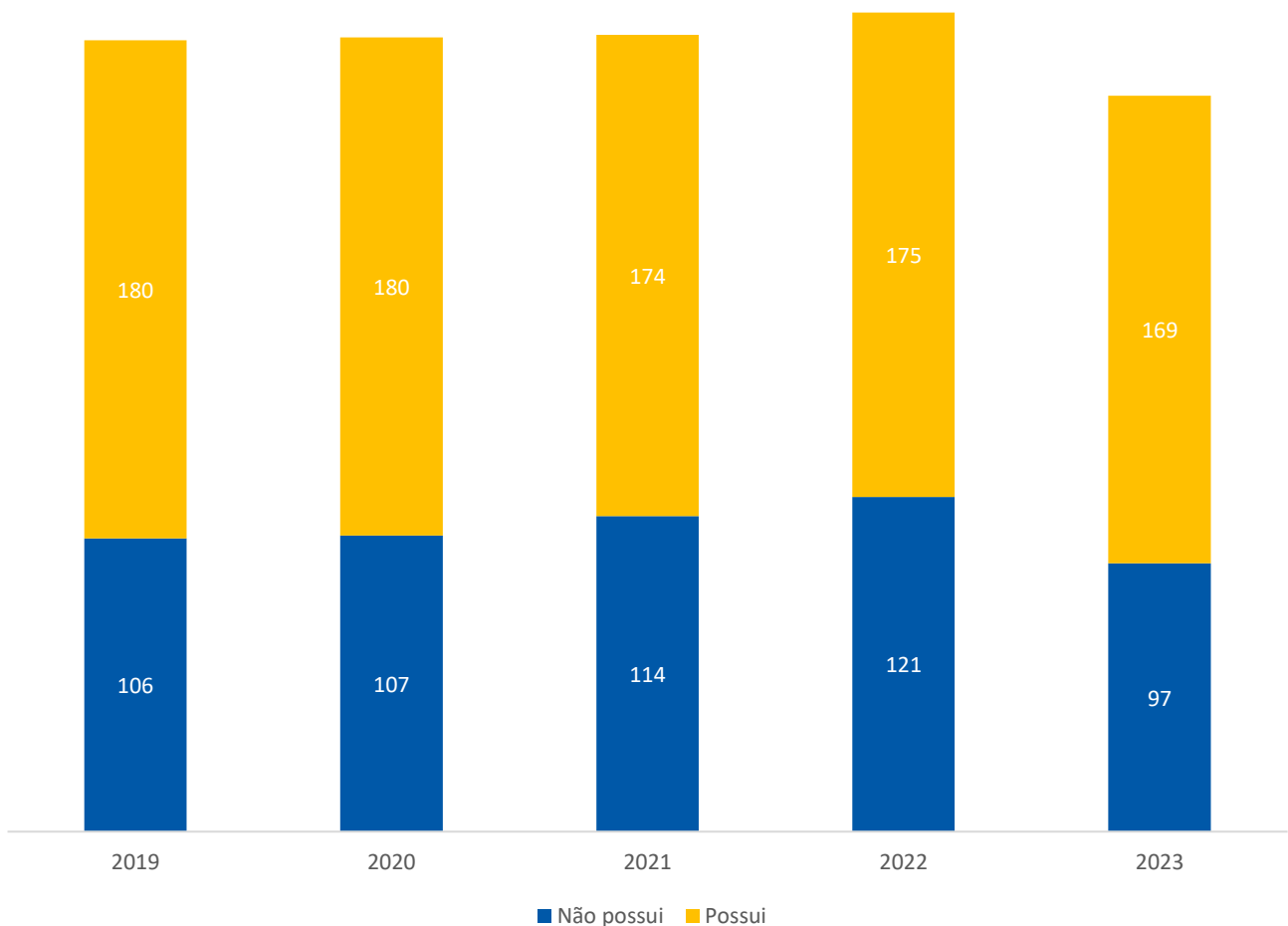
Gráfico 22 – Composição dos recursos humanos por instituições com NITs implementados e em implementação



Fonte: Formict/MCTI

Comparando a quantidade de instituições que declararam possuir pedido de proteção de propriedade intelectual de 2023 em relação ao ano anterior, observou-se que houve o decréscimo tanto de instituições que declaram possuir proteções intelectuais quanto das que declaram não possuí-las. O Gráfico 23 apresenta o comparativo de 2019 a 2023 da quantidade de instituições que possuem ou não pedido de proteção.

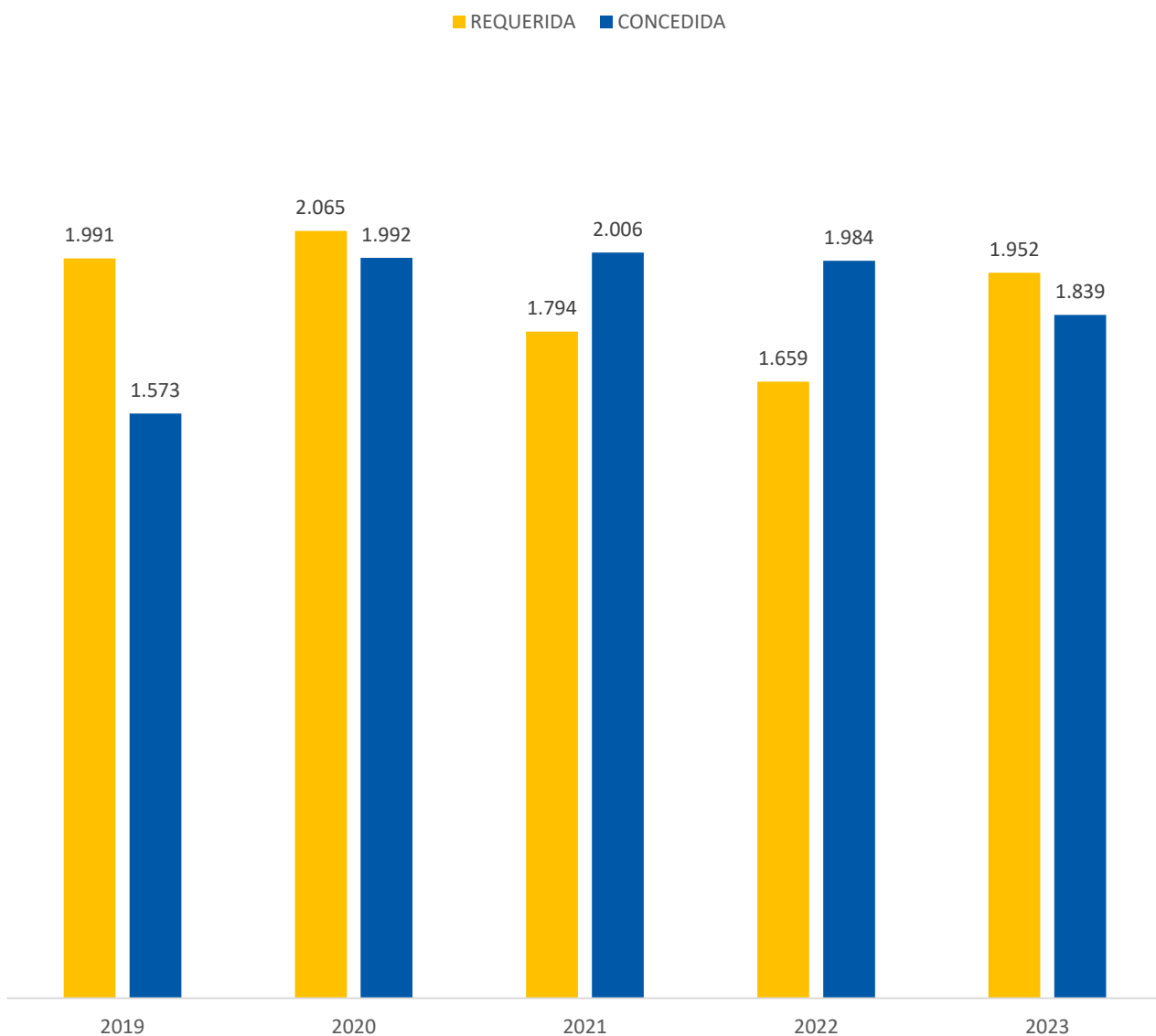
Gráfico 23 – Comparativo da quantidade de instituições com pedido de proteção



Fonte: Formict/MCTI

Analisando as informações apresentadas, verificou-se que no ano-base 2023 foram registrados 1.952 pedidos requeridos, que configuram um acréscimo de 293 pedidos em relação ao ano anterior. Com relação aos pedidos concedidos em 2023, houve um decréscimo de 145 pedidos em relação ao ano anterior. O Gráfico 24 apresenta o comparativo das quantidades de pedidos de proteção requeridos e concedidos de 2019 a 2023.

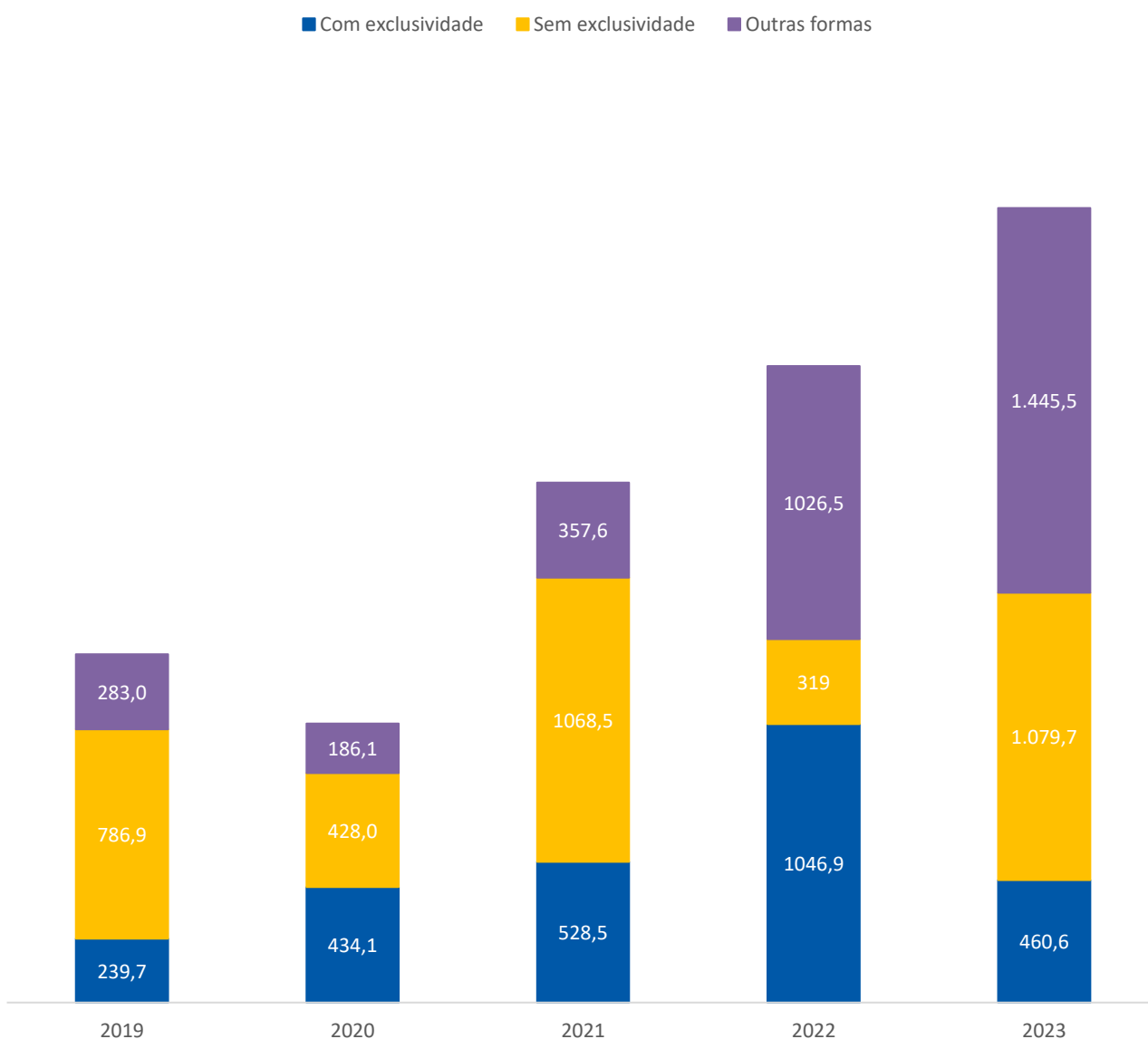
Gráfico 24 – Comparativo da quantidade de pedidos de proteção



Fonte: Formict/MCTI

O montante dos contratos de tecnologia cresceu no período analisado, exceto em 2020. Observou-se que o montante no ano de 2023 foi 24,8% superior ao de 2022, correspondendo ao acréscimo de R\$ 593,4 milhões, sendo que houve um aumento de R\$ 760,7 milhões nos contratos *Sem Exclusividade* e R\$ 419,0 milhões nas *Outras Formas* de contrato. Nos contratos *Com Exclusividade*, houve um decréscimo de R\$ 586,3 milhões. O Gráfico 25 apresenta a evolução de 2019 a 2023 do montante dos contratos de tecnologia firmados por exclusividade.

Gráfico 25 – Comparativo do montante dos contratos de tecnologia em R\$ milhões



Fonte: Formict/MCTI

8 CONCLUSÃO

A partir do ano-base de 2019, com a publicação da Portaria MCTI nº 3.859, de 8 de outubro de 2020, foi aprovado um novo formulário eletrônico Formict. No ano-base 2020 esse formulário eletrônico foi atualizado, permitindo que as ICTs tivessem acesso direto para retificação de informações, seja de forma voluntária ou mediante solicitação do MCTI.

No ano-base de 2023, 266 instituições (191 públicas e 75 privadas) prestaram informações ao MCTI, o que representa uma redução de 10,1% em relação ao ano anterior. Contudo, diversas evoluções e pontos de destaque merecem ser ressaltados a seguir.

Houve um aumento na participação das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, enquanto as regiões Nordeste e Norte apresentaram uma redução na participação.

Observa-se um avanço significativo na implementação da política de inovação, embora persistam desafios na execução de algumas atividades, especialmente no que se refere à participação, remuneração, afastamento e licença de servidor ou empregado público nas atividades das instituições, além das dificuldades para a captação, a gestão e a aplicação de suas receitas próprias, bem como para a qualificação e avaliação do uso dos resultados gerados por projetos de pesquisa.

Embora o número de NITs implementados em 2023 tenha sido de 227, em comparação com 244 em 2022, houve um aumento de 3% no total de NITs em operação. Em relação aos recursos humanos nos NITs, a distribuição de profissionais varia conforme a estrutura de transferência de tecnologia da instituição: 6 NITs têm apenas 1 profissional, 152 têm de 2 a 10 profissionais, 64 têm de 11 a 20 profissionais, 6 têm de 21 a 30 profissionais, 9 têm de 31 a 50 profissionais, e 5 têm mais de 50 profissionais dedicados à gestão da política de inovação. Destaca-se que os NITs com 11 a 20 profissionais apresentaram o maior aumento em relação ao ano anterior.

Em 2023, apesar de a redução no número de instituições que declararam possuir proteções intelectuais em comparação ao ano-base de 2022, houve um aumento de 4% no número dessas instituições em relação ao ano anterior. Também foi observado um acréscimo de 293 pedidos de proteção requeridos. Quanto à cotitularidade das proteções, observa-se uma preferência por pedidos sem cotitularidade, representando 71,1% das proteções requeridas e 68,2% das proteções concedidas no ano-base de 2023.

Outro ponto relevante foi o crescimento contínuo dos contratos de tecnologia nos últimos anos, com exceção de 2020, alcançando aproximadamente R\$ 3 bilhões em 2023, o que representa um aumento significativo de 24,8% em relação ao ano anterior.

Nesse contexto, os dados coletados pelo Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICTs do Brasil (Formict) indicam avanços na estruturação das atividades de propriedade intelectual das instituições, evidenciando um contínuo aperfeiçoamento. No entanto, ainda existem desafios a serem enfrentados, como a gestão de incubadoras, a participação em capitais sociais e a dificuldade no compartilhamento de recursos e na prestação de serviços técnicos.

Um dos principais desafios que impactam as atividades das ICTs é a necessidade de aprimorar sua integração com o setor privado, visando fortalecer a colaboração em projetos de inovação. Para potencializar os resultados e maximizar os impactos das ações de inovação, é fundamental a continuidade das melhorias na gestão da propriedade intelectual, a fim de superar esses desafios e criar um ambiente mais dinâmico e colaborativo para a transferência de tecnologia e o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 1 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.** Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm. Acesso em: 1 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018.** Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9283.htm. Acesso em: 1 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Portaria nº 3.859, de 08 de outubro de 2020.** Aprova o novo formulário para que as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação - ICT prestem, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, as informações anuais relativas à política de propriedade intelectual da ICT, às criações desenvolvidas no âmbito da instituição, às proteções requeridas e concedidas, aos contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia celebrados, ambientes promotores da inovação existentes e outras informações que o MCTI considerar pertinentes. Brasília: MCTI, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/10/2020&jornal=515&pagina=17&totalArquivos=151>. Acesso em: 1 mar. 2024.

APÊNDICE I LISTA DAS INSTITUIÇÕES QUE PREENCHERAM O FORMICT ANO-BASE 2023

Nome ICT	Sigla ICT	UF
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A	AMAZUL	SP
Associação Antônio Vieira	Unisinos	RS
Associação Brasileira de Informática	ABINFO	SP
Associação Educativa Evangélica	UniEVANGÉLICA	GO
Associação Gigacandanga	GigaCandanga	DF
Associação Paranaense de Cultura	PUCPR	PR
Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo	Feevale	RS
Associação Sul Riograndense de Apoio ao Desenvolvimento de Software	SOFTSUL	RS
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	CBPF	RJ
Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Coletiva	Cepesc	RJ
Centro de Gestão de Tecnologia e Inovação	CGTI	SP
Centro de Hidrografia da Marinha	CHM	RJ
Centro de Inovações Csem Brasil	Oninn	MG
Centro de Instrução de Guerra na Selva	CIGS	AM
Centro de Pesquisa da Universidade Positivo	CPUP	PR
Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	CPQD	SP
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	CTI RArcher	SP
Centro de Tecnologia Mineral	CETEM	RJ
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza	CEETEPS	SP
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca RJ	Cefet/RJ	RJ
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	Cefet/MG	MG
Centro Integrado de Telemática do Exército	CITEX	DF
Centro Internacional de Tecnologia de Software	CITS	PR
Centro Internacional de Tecnologia de Software do Amazonas	CITS AM	AM
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	CNPEM	SP
Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo	CTMSP	SP
Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro	CTMRJ	RJ
Centro Tecnológico do Exército	CTEx	RJ
Comando da Aeronáutica	DCTA	SP

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Comando da Aeronáutica	UNIFA	RJ
Comando da Aeronáutica	CCA-SJ	SP
Comando da Aeronáutica	CLBI	RN
Comando da Aeronáutica	CLA	MA
Comando da Aeronáutica	IAE	SP
Comando da Aeronáutica	IAOp	SP
Comando da Aeronáutica	IPEV	SP
Comando da Aeronáutica	ITA	SP
Comando da Aeronáutica	LAQFA	RJ
Comando da Aeronáutica	ICEA	SP
Comando da Aeronáutica	IFI	SP
Comando da Aeronáutica	IMAE	RJ
Comando da Aeronáutica	IEAv	SP
Comando da Aeronáutica	ILA	SP
Comando da Marinha	LFM	RJ
Comando da Marinha	OCM	RJ
Comando da Marinha	CPSN	RJ
Comando da Marinha	CASNAV	RJ
Comando da Marinha	CEFAN	RJ
Comando da Marinha	CTecCFN	RJ
Comando da Marinha	DGDNTM	RJ
Comando da Marinha	EGN	RJ
Comando da Marinha	DDNM	SP
Comando da Marinha	HNMD/IPB	RJ
Comando da Marinha	CDSUB	SP
Comando do Exército	DCT	DF
Comando do Exército	CCOMGEX	DF
Comissão Nacional de Energia Nuclear	CNEN	RJ
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	SGB/CPRM	DF
Diretoria de Fabricação	DF	RJ
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	EPAMIG	MG

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	EPAGRI	SC
Escola de Saude Pública do Ceará	ESP/CE	CE
Faculdades Católicas	PUC-Rio	RJ
Feso Fundação Educacional Serra dos Órgãos	FESO	RJ
Flextronics Instituto de Tecnologia	FIT	SP
Fundação Centro Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais	HEMOMINAS	MG
Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras	CERTI	SC
Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências	FBDC	BA
Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação	FACTI	SP
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio	FUNDEPAG	SP
Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí	FUVS	MG
Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	UNIJUÍ	RS
Fundação Edson Queiroz	Unifor	CE
Fundação Educacional da Região de Joinville	Univille	SC
Fundação Educacional de Patos de Minas	Unipam	MG
Fundação Educacional Inaciana Padre Saboia de Medeiros	FEI	SP
Fundação Escola Nacional de Administração Pública	Enap	DF
Fundação Ezequiel Dias	NIPAC	MG
Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações	Finatel	MG
Fundação Instituto Pólo Avançado da Saúde de Ribeirão Preto	FIPASE	SP
Fundação Oswaldo Cruz	Fiocruz	RJ
Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil	FPTI-BR	PR
Fundação Pio Xii	FPIXII	SP
Fundação Regional Integrada	URI	RS
Fundação Universidade de Brasília	UnB	DF
Fundação Universidade de Caxias do Sul	FUCS	RS
Fundação Universidade de Passo Fundo	UPF	RS
Fundação Universidade do Amazonas	UFAM	AM

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC
Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	RN
Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	SC
Fundação Universidade do Vale do Itajaí	Univali	SC
Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS
Fundação Universidade Estadual do Ceará Funece	UECE	CE
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS
Fundação Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	SP
Fundação Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE
Fundação Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	AP
Fundação Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA
Fundação Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RS
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Univasf	PE
Fundação Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC
Fundação Universitária de Cardiologia	FUC	RS
Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste	Unochapecó	SC
Hospital Central do Exército	HCE	RJ
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP	HCFMUSP	SP
Hospital das Forças Armadas	HFA	DF
Hospital Militar de Área de São Paulo	HMASP	SP
Hospital Nossa Senhora da Conceição Sá	GHC	RS
Instituto Anima Sociesc de Inovação, Pesquisa e Cultura	IÂ	SP
Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia	IBICT	DF
Instituto de Desenvolvimento Tecnológico	INDT	DF
Indústria de Material Bélico do Brasil Imbel	IMBEL	DF
Instituto Agrônomo do Paraná Iapar	IDR-Paraná	PR
Instituto Atlântico	IA	CE
Instituto Centro de Ensino Tecnológico	CENTEC	CE

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Instituto Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Software	ICTS	DF
Instituto de Biologia Molecular do Paraná	IBMP	PR
Instituto de Ciência e Tecnologia Brain	Brain	MG
Instituto de Ciência e Tecnologia Condor	Condor	RJ
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	IDSM	AM
Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira	IEAPM	RJ
Instituto de Pesquisas da Marinha	IPqM	RJ
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo SA	IPT	SP
Instituto de Tecnologia e Pesquisa	ITP	SE
Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	LACTEC	PR
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense	IFC	SC
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	IFBA	BA
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	IFES	ES
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	IFPB	PB
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	IFAL	AL
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	IFB	DF
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	IFG	GO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul	IFMS	MS
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	IFMG	MG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	IFPE	PE
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	IFRR	RR
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	IFSC	SC
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	IFSP	SP
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	IFS	SE
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	IFAM	AM
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	IFCE	CE
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	IFMA	MA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	IFPI	PI

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ	RJ
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	IFRS	RS
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	IF Sudeste MG	MG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	IFSULDEMINAS	MG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	IFTO	TO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	IFTM	MG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	IFFar	RS
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	IFF	RJ
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	IF Goiano	GO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	IFSul	RS
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	IFAC	AC
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	IFPA	PA
Instituto Federal de Mato Grosso	IFMT	MT
Instituto Mariano de Apoio à Pesquisa em Deaf1/Dand	IDEAF1	DF
Instituto Militar de Engenharia	IME	RJ
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	INMETRO	DF
Instituto Presbiteriano Mackenzie	UPM	SP
Instituto Recôncavo de Tecnologia	IRT	BA
Instituto Rio Grandense do Arroz	IRGA	RS
Instituto Santa Teresa	UNIFATEA	SP
Instituto Sapiientia	ICS	DF
Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe	ITPS	SE
Instituto Tecnológico Impacta	ITI	SP
Instituto Vital Brazil S/A (Centro de Pesquisas, Produtos Químicos e Biológicos)	IVB	RJ
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo	ISANTACASA	SP
Laboratório Nacional de Astrofísica	LNA	MG

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Laboratório Químico Farmacêutico do Exército	LQFEx	RJ
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	CEMADEN	SP
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	INPA	AM
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	INT	RJ
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	INMA	ES
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	INPE	SP
Museu de Astronomia e Ciências Afins	MAST	RJ
Observatório Nacional	ON	RJ
Organização de Desenvolvimento Cultural a Preservação Ambiental Ama-Brasil	ABM	SP
Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	RJ
Samsung Instituto de Desenvolvimento para a Informática da Amazônia	SiDiA	SP
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	IAC	SP
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	APTA	SP
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	IB	SP
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	IZ	SP
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	ITAL	SP
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	IP	SP
Senai Departamento Regional do Ceará	SENAI/DR-CE	CE
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI-DR/MS	MS
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	ISI-TICs	PE
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI/SC	SC
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI CIMATEC	BA
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	CIT	MG
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI/RJ	RJ
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI/RS	RS
Serviço Social da Indústria – Sesi	CIS SO	RJ
Sociedade Campineira de Educação e Instrução	SCEI	SP
Sociedade Goiana de Cultura	PUC Goiás	GO
Sociedade Mineira de Cultura	PUC Minas	MG
União Brasileira de Educação e Cultura	UCB	DF

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Universidade de São Paulo	USP	SP
Universidade de Taubaté	UNITAU	SP
Universidade do Estado de Minas Gerais	UEMG	MG
Universidade do Estado do Pará	UEPA	PA
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão	UEMASUL	MA
Universidade Estadual de Campinas	Unicamp	SP
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA
Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA
Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO	PR
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	MA
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	UENF	RJ
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	UERGS	RS
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	PR
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL
Universidade Federal de Alfenas	Unifal	MG
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	MG
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG
Universidade Federal de Pelotas	UFPeI	RS

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE
Universidade Federal do Norte do Tocantins	UFNT	TO
Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	BA
Universidade Federal de Rondonópolis	UFR	MT
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	MG
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG
Universidade Federal do Cariri	UFCA	CE
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	PA
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN
Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	BA
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Unifesspa	PA
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	MG
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR
Venturus Centro de Inovação Tecnológica	VNT	SP

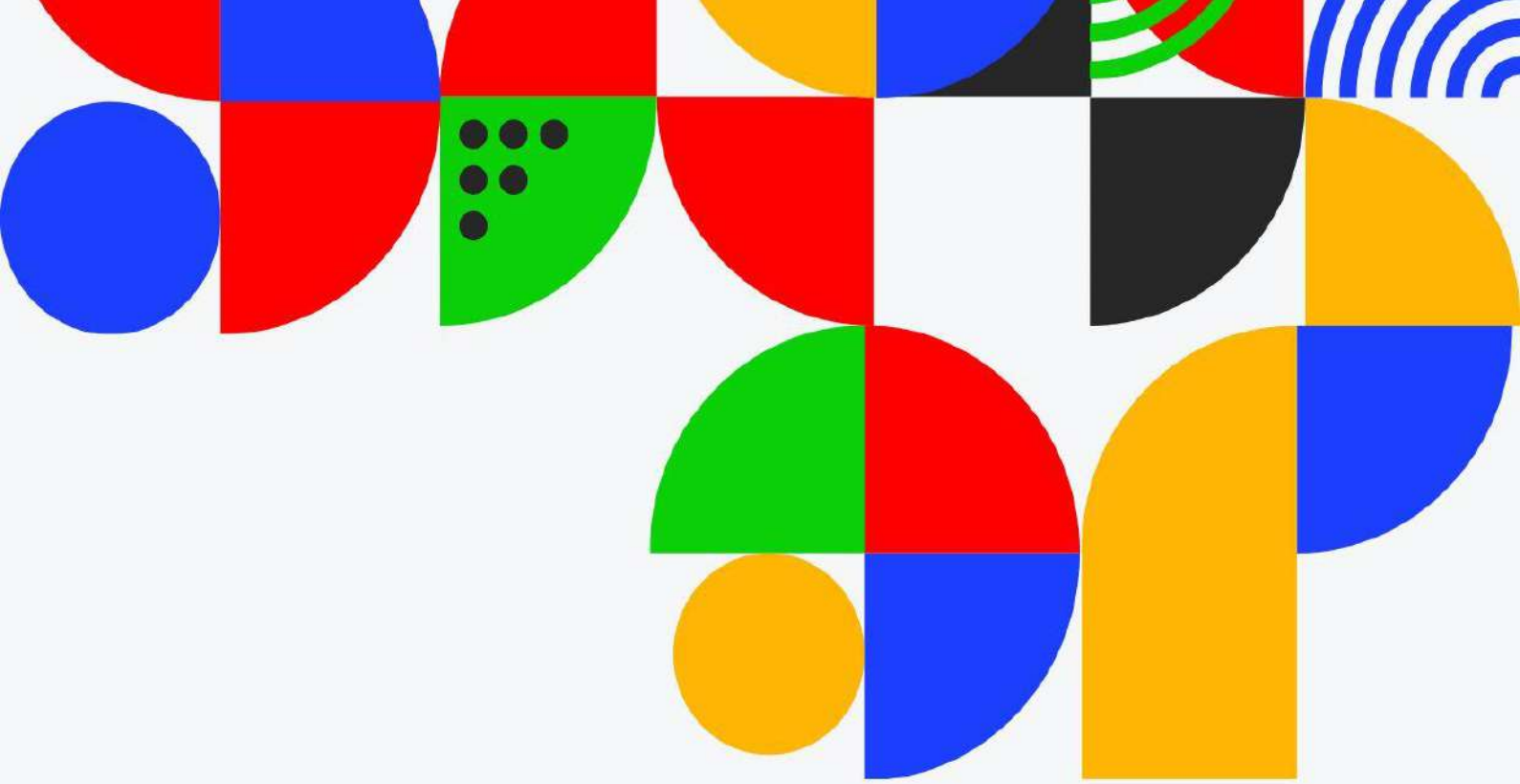
APÊNDICE II LISTA DAS INTITUIÇÕES QUE NÃO PREENCHERAM O FORMICT ANO-BASE 2023

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Aelbra Educação Superior - Graduação e Pós-graduação S.A. em Recuperação Judicial	CEULP	TO
Associação Centro de Inovação, Tecnologia e Educação	CITÉ	SP
Associação de Câncer de Boca e Garganta	ACBG Brasil	SC
Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	IMPA	RJ
Associação Pró Ensino em Santa Cruz do Sul	UNISC	RS
Autarquia Universidade do Sudoeste	UESB	BA
Centro de Avaliação do Exercito	CAEx	RJ
Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletroeletrônica de Ilhéus	CEPEDI	BA
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica Cepel	Cepel	RJ
Centro de Pesquisas Avançadas Wernher Von Braun	Von Braun	SP
Centro de Tecnologia da Informação Monte Verde	IMV	RJ
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	CENSIPAM	DF
Centro Social Clodoveu Arruda	FLF	CE
Centro Unificado de Inovação Aplicada	CUIA	PI
Cesar Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife	CESAR	PE
Fundação Amazônica de Amparo a Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Desembargador Paulo dos Anjos Feitoza	FPF Tech	AM
Fundação de Apoio a Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro	FAETEC	RJ
Fundação de Apoio a Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro	UEZO	RJ
Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá	FEPI	MG
Fundação Educacional Jayme de Altavila-Fejal	CESMAC	AL
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais	FHEMIG	MG
Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior	UNIFIMES	GO
Fundação MS para Pesquisa e Difusão de Tecnologias Agropecuária	Fundação MS	MS
Fundação Universidade de Pernambuco	UPE	PE
Fundação Universidade do Contestado	FUnC	SC
Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina	Unisul	SC
Fundação Universidade Estadual do Piauí Fuespi	UESPI	PI
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS

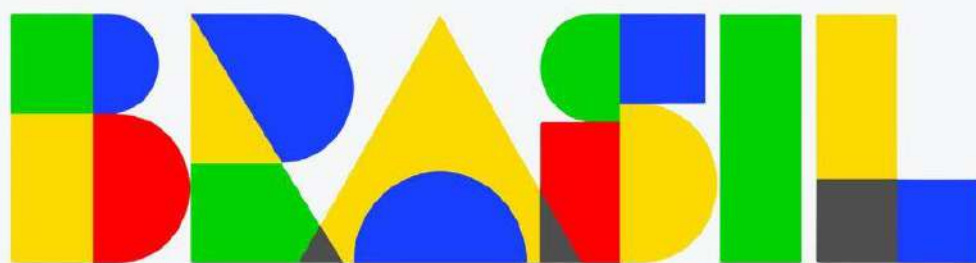
Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Fundação Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO
Fundação Universidade Federal do ABC	UFABC	SP
Fundação Universidade Federal do Acre	UFAC	AC
Fundação Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI
Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social	FUVATES	RS
Fundação Valeparaibana de Ensino	FVE/UNIVAP	SP
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	HCPA	RS
Iatecam - Instituto Ambiental e Tecnológico da Amazônia	IATECAM	AM
Ibi - Instituto Brasileiro da Inovação	IBI	ES
Instituto Árvore da Vida	IAV	SP
Instituto Butantan	IB	SP
Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont	ISD	RN
Instituto de Inovação, Pesquisa, Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Amazonas	IPDEC	AM
Instituto de Pesquisas Eldorado	ELDORADO	DF
Instituto de Pesquisas Tecnológicas e Científicas	IPTC	SP
Instituto de Tecnologia do Paraná	TECPAR	PR
Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metodista - em Recuperação Judicial	NIT-Unimep	SP
Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	IEMA	MA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	IF BAIANO	BA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	IFRO	RO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	IFAP	AP
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	IFNMG	MG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN	RN
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	IF SERTÃO-PE	PE
Instituto Nacional Leva Ciência, Diversidade e Transformação Social	INALC	AP
Instituto Superior de Teologia Aplicada	UNINTA	CE
Laboratório Nacional de Computação Científica	LNCC	RJ

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	CETENE	PE
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	INSA	PB
Ministério da Saúde	IEC	PA
Missão Salesiana de Mato Grosso	UCDB	MS
Museu Paraense Emilio Goeldi	MPEG	PA
Núcleo de Gestão do Porto Digital	NGPD	PE
Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará	NUTEC	CE
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	IEA	SP
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	APTA	SP
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	SECTI	PE
Secretaria de Estado da Saúde	IP	SP
Secretaria de Estado da Saúde	IDPC	SP
Secretaria de Estado da Saúde	IAL	SP
Secretaria de Estado da Saúde	ILSL	SP
Secretaria de Estado da Saúde	IS	SP
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI/SP	SP
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI - CETEC	TO
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI BA	BA
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI DR/TO	TO
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai	SENAI PR	PR
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai-PA	ISI-TM	PA
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Senai	SENAI/GO	GO
Sidi	SiDi	PE
Sidia Instituto de Ciência e Tecnologia	SiDIA	SP
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	CE
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA
Universidade do Estado do Amapá	UEAP	AP
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM
Universidade Estadual de Alagoas	UNEAL	AL
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR
Universidade Estadual do Norte do Paraná	UENP	PR
Universidade Estadual do Tocantins - Unitins	UNITINS	TO

Nome ICT	SIGLA ICT	UF
Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA	CE
Universidade Federal de Campina Grande	NITT/UFCG	PB
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG
Universidade Federal do Rio Grande Do Sul	UFRGS	RS
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	NIT UFTM	MG
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA
Universidade Federal Rural do Semiárido - Ufersa	UFERSA	RN



GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**Brasília
2024**

